



FACULDADES IPEDE-CODÓ

EMENTA DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

**CODÓ-MA
2022**

2.6.1 Estrutura Curricular do Curso de Bacharelado em Direito

PERCURSO CURRICULAR – DIREITO – FLAED						
PERÍODO LETIVO	DISCIPLINAS	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH EXTENSÃO	CH TOTAL	CRÉDITOS
1º	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	60	----	----	60	4
	CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO	60	---	---	60	4
	METODOLOGIA DA PESQUISA ACADÊMICA	40	20	---	60	4
	SOCIOLOGIA JURÍDICA	60	---	---	60	4
	ANTROPOLOGIA JURÍDICA	60	---	---	60	4
	LINGUAGEM JURÍDICA	60	---	---	60	4
	FILOSOFIA DO DIREITO	60	---	---	60	4
	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	40	20		60	4
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO PERÍODO LETIVO		440	40	---	480	24
	TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO	60	---	---	45	4

2º	CIVIL I – TEORIA GERAL	60	---	---	60	4
	HERMENÊUTICA JURÍDICA	60			60	4
	PSICOLOGIA JURÍDICA	60	---	---	60	4
	DIREITO CONSTITUCIONAL I	60			60	4
	ÉTICA JURÍDICA	60	---		60	4
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO PERÍODO LETIVO		360	30		390	24
3º	TEORIA GERAL DO PROCESSO	60	---	---	60	4
	DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES	60	---	---	60	4
	DIREITO PENAL I	60	---	---	60	4
	DIREITO E BIOÉTICA	60	---	---	30	2
	DIREITO ADMINISTRATIVO I	60	---	---	60	4
	DIREITO FINANCEIRO	60	---	---	60	4
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO PERÍODO LETIVO		360			360	24
	DIREITO CIVIL III – CONTRATOS	60	---	---	60	4
	DIREITO PENAL II	60	---	---	60	4

4º	DIREITO CONSTITUCIONAL II	60	---	---	60	4
	DIREITO ADMINISTRATIVO II	60	---	---	60	4
	CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	30	30		60	4
	DIREITO TRIBUTÁRIO	60	---	---	60	4
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO PERÍODO LETIVO		330	30	---	360	24
5º	DIREITO CIVIL IV – RESPONSABILIDADE CIVIL	60	---	---	60	4
	DIREITO PENAL III	60	---	---	60	4
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	60	---	---	60	4
	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	60	---	---	60	4
	INTRODUÇÃO À LIBRAS	30	---	---	30	4
	DIREITO EMPRESARIAL I	60	---	---	60	4
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO PERÍODO LETIVO		330	---	---	330	24
	DIREITO CIVIL V – COISAS	60	---	---	60	4
	DIREITO PENAL IV	60	---	---	60	4
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	60	---	---	60	4

6º	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	60	---	---	60	4
	DIREITO EMPRESARIAL II	60	---	---	60	4
	DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	60			60	4
	ESTÁGIO E PRÁTICA JURÍDICA I – ENFÂSE EM CIVIL, ADMINISTRATIVO, PENAL E TRABALHISTA, ALÉM DAS TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	---	90	---	90	6
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO PERÍODO LETIVO		360	90	---	450	30
7º	DIREITO CIVIL VI – FAMÍLIA	60	---	---	60	4
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	60	---	---	60	4
	DIREITO DO TRABALHO I	60	---	---	60	4
	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	60	---	---	60	4
	DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO	60	---	---	60	4
	DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO	40	20	----	60	4
	DIREITO CIVIL VII - SUCESSÕES	60	---	---	30	4

	ESTÁGIO E PRÁTICA JURÍDICA II - ENFÂSE EM CIVIL, ADMINISTRATIVO, PENAL E TRABALHISTA, ALÉM DAS TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	---	90	---	90	6
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO PERÍODO LETIVO		400	110	---	510	30
8º	DIREITO URBANISTICO	60	---	---	60	4
	DIREITO DO TRABALHO II	60	---	---	60	4
	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	60	---	---	60	4
	CRIMINOLOGIA	60		---	60	4
	DIREITOS HUMANOS	60		---	60	4
	MEDICINA LEGAL	45	20	---	60	4
	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	60	---	---	60	4
	ESTÁGIO E PRÁTICA JURÍDICA III – ENFÂSE EM CIVIL, ADMINISTRATIVO, PENAL E TRABALHISTA, ALÉM DAS TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	---	90	---	90	6
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO PERÍODO LETIVO		405	110	---	515	30
	DIREITO ADUANEIRO	60	---	---	60	4

9º	DIREITO ELEITORAL	60	---	---	60	4
	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	60	---	---	60	4
	DIREITO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30	---	---	30	4
	DIREITO CULTURAL	10	20	---	30	4
	DIREITO FLORESTAL NA AMAZÔNIA	40	20	---	60	4
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	20	40	---	60	4
	ESTÁGIO E PRÁTICA JURÍDICA IV – ENFÂSE EM CIVIL, ADMINISTRATIVO, PENAL E TRABALHISTA, ALÉM DAS TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	---	90	---	90	6
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO PERÍODO LETIVO		280	200		450	30
10	DIREITO DA NAVEGAÇÃO	60	---	---	60	4
	DIREITO MINERÁRIO E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA AMAZÔNIA	40	20	---	60	4
	TECNOLOGIA E CRIMES CIBERNÉTICOS	60	---	----	60	4
	MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA AMAZÔNIA	30	30	---	60	4

	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	20	40	---	60	4
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO PERÍODO LETIVO		240	90	---	330	
CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS					3.815	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO					360	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		---	---	---	200	---
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO					4.375	

2.6.2 Disciplinas Optativas do Curso de Bacharelado em Direito

DISCIPLINAS OPTATIVAS	CARGA HORÁRIA
DIREITO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS	30 H
DIREITO DOS GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS	30 H
DIREITO A INCLUSÃO E DE GÊNERO	30 H
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	30 H
ANTROPOLOGIA E DIREITO INDÍGENA E AFROBRASILEIRO	30 H

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

EMENTA
Epistemologia Jurídica: Caracteres, Fundamentação Filosófica e Problemas da Ciência do Direito. Teoria Geral do Direito e Conceitos Jurídicos Fundamentais: Direito Positivo, Direito Subjetivo, Direito Público e Direito Privado. Divisão Geral do Direito positivo. Fontes do Direito. Teoria da Norma e do Ordenamento Jurídico: Validade e Vigência do Direito no Tempo e no Espaço. Tendências Contemporâneas do Direito.
OBJETIVO
Discutir os conceitos introdutórios à ciência do direito que ainda vigoram no direito brasileiro. Perceber a que tipo de racionalidade o direito recorre para justificar-se enquanto ciência.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1-BITTAR, CARLOS ALBERTO. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO. SARAIVA, 2015. 2-PINHO, RODRIGO CÉSAR REBELLO. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO, DOS PODERES E HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES. SARAIVA, 2020. 3-RAMOS, ANDRÉ DE CARVALHO. COMENTÁRIOS À LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. SARAIVA, 2016. 4- MADEU, DIÓGENES. DIREITO VIVO: INTRODUÇÃO AO ESTUDO E À TEORIA GERAL DO DIREITO. SARAIVA, 2015.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
1-MELLO, MARCOS BERNARDES DE. TEORIA DO FATO JURÍDICO - PLANO DE EFICÁCIA - 1ª PARTE. SARAIVA, 2019. 2- REALE, MIGUEL. FONTES E MODELOS DO DIREITO. SARAIVA, 1994. 3- VALE, ANDRÉ RUFINO DO. ESTRUTURA DAS NORMAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS - REPENSANDO A DISTINÇÃO ENTRE REGRAS, PRINCÍPIOS E VALORES. SARAIVA, 2009. 4- REALE, MIGUEL. HORIZONTES DO DIREITO E DA HISTÓRIA. SARAIVA, 2009.

5- ALFLEN, PABLO RODRIGO. **TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO**. SARAIVA, 2014.

6- VESTING, THOMAS. **LINHA DIREITO COMPARADO - TEORIA DO DIREITO: UMA INTRODUÇÃO**. SARAIVA, 2015.

2. CIÊNCIAS POLITICA E TEORIA GERAL DO ESTADO

EMENTA
Ciência política: poder, governo, estado e sociedade. Evolução histórica do pensamento político. Teoria do estado: evolução história do estado. Formas de estado. Elementos e funções do estado. Formas, regimes e sistemas de governo. Tendências contemporâneas em teoria política e do Estado.
OBJETIVO
Oportunizar ao acadêmico de Direito acesso a conteúdos relacionados à Ciência Política e Teoria Geral do Estado e seus reflexos na vida da sociedade atual, bem como subsidiar a participação no cotidiano da sociedade.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1- CUNHA, PAULO FERREIRA. TEORIA GERAL DO ESTADO E CIÊNCIA POLÍTICA . SARAIVA, 2018.
2- MANDUCO, ALESSANDRO. LIV DIG COLEÇÃO OS 10 + VOL. 18 - CIÊNCIA POLÍTICA . SARAIVA, 2011.
3- REALE, MIGUEL. TEORIA DO DIREITO E DO ESTADO . SARAIVA, 2013.
4- MALUF SAHID. TEORIA GERAL DO ESTADO . SARAIVA, 2019.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
1- MARTINS, FLÁVIO. DIREITOS SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICO . SARAIVA, 2020.
2- BOYADJIAN, ANA CAROLINA PAES DE BARROS. O BRASIL SOB A NOVA ORDEM . SARAIVA, 2009.
3- FARIA, JOSÉ EDUARDO. DIREITO E CONJUNTURA - SÉRIE GVLAW . SARAIVA, 2010.

4- HELENE, HELIO. **RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATO LEGISLATIVO**. SARAIVA, 2011.

5- GALVÃO, JORGE OCTÁVIO LAVOCAT. **NEOCONSTITUCIONALISMO E O FIM DO ESTADO DE DIREITO**. TERESINA, 2014.

6- PFERSMANN, OTTO. **POSITIVISMO JURÍDICO E JUSTIÇA CONSTITUCIONAL NO SÉCULO XXI**. SARAIVA, 2014.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA ACADÊMICA

EMENTA
Conceito e concepção de Ciência. - Conceito de Método. - Conceito de Metodologia. - Conceito de Metodologia Científica. - Conceito de Conhecimento. * Tipos de Conhecimento. - Texto Complementar: Generalidades Introdutórias sobre o Método. - O conhecimento dos métodos técnicos e normas que auxiliam na elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. - Texto Complementar: A importância da Metodologia Científica no desenvolvimento de produções acadêmicas de qualidade no nível superior. - Diretrizes para elaboração e apresentação de trabalhos científicos e monográficos seguindo as normas da ABNT. - Conhecimento dos métodos técnicos e normas que auxiliam na elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. - Conceito e concepção de pesquisa. - A importância da pesquisa na produção do conhecimento acadêmico/científico. - Aspectos pesquisa e procedimentos da pesquisa. - Estruturação e, descrição dos elementos do projeto. Encaminhamento da Pesquisa: elaboração de projeto de pesquisa conforme normalização a Luz da ABNT.
OBJETIVO
Apresentar elementos conceituais na área da Metodologia Científica e da Pesquisa aos estudantes no desenvolvimento da reflexão teórico - empírica com base na evolução do pensamento do trabalho científico. Conhecer elementos conceituais fundamentais da Metodologia Científica e da Pesquisa aos acadêmicos; - Desenvolver reflexão e conhecimento de um conjunto de métodos com base na evolução do pensamento do trabalho científico e da pesquisa em conformidade com a Associação brasileira de Normas Técnicas (ABNT); - Proporcionar ao aluno o conhecimento da normalização do trabalho acadêmico/científico e da pesquisa
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1-CLÁUDIA SERVILHA MONTEIRO, ORIDES MEZZAROBIA. MANUAL DE METODOLOGIA DA PESQUISA NO DIREITO. 8ª ED. 2019. SP. SARAIVA ONLINE.

2- ANA CAROLINA CORREA DA COSTA LEISTER, E VÁRIOS AUTORES. **METODOLOGIA DA PESQUISA EM DIREITO - TÉCNICAS E 3-ABORDAGENS PARA ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES** - 2ª ED. SARAIVA ONLINE.

3- BITTAR, EDUARDO C. B. **METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA** - 16ª EDIÇÃO DE 2019. SARAIVA ONLINE

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

EDUARDO C. SILVEIRA MARCHI. **GUIA DE METODOLOGIA JURÍDICA**. 2ª ED. 2013 – SARAIVA ONLINE

MANUAL DE METODOLOGIA JURÍDICA: TÉCNICAS PARA ARGUMENTAR EM TEXTOS JURÍDICOS - 1ª ED. DE 2015. SARAIVA ONLINE.

BITTAR, EDUARDO C. B. **METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA** - 14ª ED. 2016. SARAIVA ONLINE.

CLÁUDIA SERVILHA MONTEIRO, ORIDES MEZZAROBA. **MANUAL DE METODOLOGIA DA PESQUISA NO DIREITO**. 6ª ED. 2017. SP. SARAIVA ONLINE.

4. SOCIOLOGIA JURÍDICA

EMENTA
Ciência, Direito e Sociedade. Sociologia e Sociologia jurídica. Contexto histórico e pensadores da Sociologia jurídica. Controle social e Direito. Problematisações na relação Direito/Sociedade. Tendências contemporâneas em Sociologia jurídica.
OBJETIVO
Discutir o conceito Sociologia, bem como examinar as relações possíveis de serem estabelecidas entre o direito e a sociologia.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1- OLIVEIRA, DALTON. COLEÇÃO OS 10+ - VOL. 21 - SOCIOLOGIA JURÍDICA . SARAIVA, 2011.
2- SILVA, FELIPE GONÇALVES. MANUAL DE SOCIOLOGIA JURÍDICA . SARAIVA, 2019.
3- IDP CURSOS E PROJETOS LTDA. SOCIOLOGIA DO DIREITO . SARAIVA, 2017.

4-SPAGNO, ANTONIO SERGIO. **DIREITO VIVO - SOCIOLOGIA JURÍDICA**. SARAIVA, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

1- SOARES, RICARDO MAURICIO FREIRE. **SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DO DIREITO**. SARAIVA, 2019.

2- RODRIGUEZ, JOSÉ RODRIGO. SÉRIE DDJ - **PENSAR O BRASIL - PROBLEMAS NACIONAIS À LUZ DO DIREITO**. SARAIVA, 2012.

3- BIANCHINI, ALICE. LIV DIG COL. SABERES DO DIREITO 63 - **SOCIOLOGIA DO DIREITO** DID. SARAIVA, 2012.

4- IAMUNDO, EDUARDO. **SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DO DIREITO**. SARAIVA, 2013.

5- SILVA, FELIPE GONÇALVES. **MANUAL DE SOCIOLOGIA JURÍDICA**. SARAIVA, 2019.

5. ANTROPOLOGIA JURÍDICA

EMENTA

Antropologia e direito. Antropologia do direito e da política. Raízes da dominação cultural brasileira. Relações étnico-raciais. Antropologia das minorias. Sistemas acadêmicos e judiciários de produção da verdade e administração de conflitos. Violência, pobreza e desigualdade. O truísmo “povo e criminalidade” vs. O novo fenômeno da criminalidade do brasil urbano: atividade empresarial organizada do crime. Medicalização dos problemas sociais. Religião, direito e sociedade em uma perspectiva comparada: sociedades arcaicas e modernas; sociedades orientais e ocidentais, sociedades desenvolvidas e periféricas, sociedades latino-americanas e Brasil.

OBJETIVO

Enfatizar a antropologia, bem como a antropologia jurídica, como ferramentas para o estudo e constatação dos meios pelos quais o homem comum torna-se sujeito de direitos e deveres.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- 1- ASSIS, OLNEY QUEIROZ. **MANUAL DE ANTROPOLOGIA JURÍDICA**. SARAIVA, 2011.
- 2- CARNIO, HENRIQUE GARBELLINI. **DIREITO E ANTROPOLOGIA**. SARAIVA, 2020.
- 3- IAMUNDO, EDUARDO. **SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DO DIREITO**. SARAIVA, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- 1- COSTA, JOAQUIN. **A IGNORÂNCIA DO DIREITO**. CURITIBA: JURUÁ, 2008.
- 2- LIMA, FERNANDO RISTER DE SOUZA. **SOCIOLOGIA DO DIREITO: O DIREITO E O PROCESSO À LUZ DA TEORIA DOS SISTEMAS DE NIKLAS LUHMANN**. CURITIBA: JURUÁ, 2012.
- 3- SOARES, RICARDO MAURICIO FREIRE. **SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DO DIREITO**. SARAIVA, 2019.
- 4- PALMA, RODRIGO DE FREITAS. **ANTROPOLOGIA JURÍDICA**. SARAIVA, 2018.

6. LINGUAGEM JURÍDICA

EMENTA

Coesão e coerência textuais. Argumentação. Teoria da Comunicação, Produção textual e interpretação de texto e linguagem jurídica. Oratória e Retórica na linguagem jurídica

OBJETIVO

Desenvolver a competência comunicativa do aluno como intérprete e produtor da comunicação em língua oral e escrita, especialmente em relação ao seu desempenho

acadêmico e profissional. Desenvolver no educando a consciência de que o aprendizado da Língua Portuguesa não é um fim em si, mas instrumento poderoso na expressão de uma atitude crítica e criativa na recepção e produção de qualquer texto, observando a linguagem como instrumento de comunicação e interação nos diversos contextos sociais. Ao fim do curso, o aluno deverá evidenciar conhecimentos teórico práticos no âmbito inicial da morfossintaxe, expressar-se clara e objetivamente em textos escritos, bem como ler e interpretar, criticamente, textos em Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BITTAR, EDUARDO CARLOS B. **LINGUAGEM JURÍDICA**. SARAIVA, 2017.
- 2- PETRI, MARIA JOSE CONSTANTINO. **MANUAL DE LINGUAGEM JURÍDICA**. SARAIVA, 2017.
- 3-LIMA, FELIPE. **SABERES DO DIREITO 61 - LEITURA DINÂMICA**. SARAIVA, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- 1-CUNHA, SÉRGIO SÉRVULO DA. **DICIONÁRIO COMPACTO DO DIREITO**. SARAIVA, 2013.
- 2- MONEBHURRUN, NITISH. **MANUAL DE METODOLOGIA JURÍDICA - TÉCNICAS PARA ARGUMENTAR EM TEXTOS JURÍDICOS**. SARAIVA, 2015.
- 3- SABBAG, EDUARDO. **MANUAL DE PORTUGUÊS JURÍDICO**. SARAIVA, 2016.
- 4- PABLO GUBERT . **LINGUAGEM DO DIREITO - ROTINA E REVOLUÇÃO**, A. JURUÁ, 2008

7. FILOSOFIA DO DIREITO

EMENTA

Filosofia do direito e ciência do direito: conceito, método e objeto. O problema da verdade jurídica – dogmatismo, ceticismo e relativismo. Noções de gnoseologia jurídica. Noções de ontologia e axiologia jurídicas. Direito, moral e ética. Clássicos da filosofia do direito. Direito natural e razão no pensamento pré-socrático. Direito e ética da responsabilidade em Sócrates. O direito na república de Platão. Aristóteles e a

justiça como meio-termo. A concepção romana de lei. Ética cristã e direito divino em santo agostinho. Teorias jurídico-filosóficas da modernidade: positivismo, neopositivismo, juspositivismo e jurnaturalismo. A filosofia do direito moderna: o pensamento contratualista de Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant. Nietzsche e a crítica ao contratualismo. Marx e a crítica ao estado capitalista e ao direito burguês. Normativismo lógico de Hans Kelsen. Tendências filosóficas atuais em filosofia do direito. Ontognoseologia jurídica. Empirismo e apriorismo jurídico. Fenomenologia da ação e da conduta. Teoria tridimensional do direito. Globalização, pós-modernidade e direito.

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno oportunidades de reflexão que o auxiliem na compreensão do papel da filosofia no exercício profissional do Direito, seus pressupostos históricos e teóricos; e suas contribuições para exercício argumentativo e racional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- 1- RAMOS, FLAMARION CALDEIRA. **MANUAL DE FILOSOFIA POLÍTICA**. SARAIVA, 2021.
- 2- REALE, MIGUEL. **FILOSOFIA E TEORIA POLÍTICA**. SARAIVA, 2003.
- 3- BARROS, ALBERTO RIBEIRO GONÇALVES DE. **MANUAL DE FILOSOFIA POLÍTICA**. SARAIVA, 2018.
- 4- REALE, MIGUEL. **INTRODUÇÃO À FILOSOFIA**. SARAIVA, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- 1- ADEODATO, JOAO MAURICIO. **FILOSOFIA DO DIREITO: UMA CRÍTICA A VERDADE**. SARAIVA, 2019.
- 2- CASTILHO, RICARDO, **FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA**. SARAIVA, 2021.
- 3- BIANCHINI, ALICE. COL. SABERES DO DIREITO 50 - **FILOSOFIA DO DIREITO**. SARAIVA, 2012.
- 4- ADEODATO, JOAO MAURICIO. **FILOSOFIA DO DIREITO**. SARAIVA, 2019.
- 5- REALE, MIGUEL. **FILOSOFIA DO DIREITO** . SARAIVA, 2013.

6-MAGRI, WALLACE RICARDO. **FILOSOFIA DO DIREITO**. SARAIVA, 2014.

8. PORTUGUES INSTRUMENTAL

EMENTA
Coesão e coerência textuais. Argumentação. Teoria da Comunicação, Produção textual e interpretação de texto e linguagem jurídica
OBJETIVO
Melhorar o grau de competência profissional oferecendo ao acadêmico instrumental teórico-prático para um bom desempenho linguístico no desenvolvimento das atividades de trabalho e da profissão jurídicas.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1- LENZA, PEDRO. PORTUGUÊS ESQUEMATIZADO. SARAIVA, 2016. 2- MELLO, JÔNATAS JUNQUEIRA. COLEÇÃO SOS - PORTUGUÊS PARA CONCURSOS JURÍDICOS 1. SARAIVA, 2013. 3- MARTINO, AGNALDO SERGIO. PORTUGUÊS ESQUEMATIZADO: COLEÇÃO ESQUEMATIZADO – PORTUGUÊS. SARAIVA, 2017.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
1- TORRES, JOSÉ MARIA. PORTUGUÊS: NÍVEL SUPERIOR. SARAIVA, 2014. 2- FIGUEIREDO, ADRIANA. GRAMÁTICA COMENTADA COM INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS PARA CONCURSOS. SARAIVA, 2017. 3- AZEVEDO, RITACY. PORTUGUÊS. SARAIVA, 2016. 4- SABBAG, EDUARDO. PORTUGUÊS PARA CONCURSOS. SARAIVA, 2017.

9. TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO

EMENTA
Objeto, conteúdo e finalidade da Teoria do Direito. Teoria da norma jurídica. Teoria do ordenamento jurídico. Fontes do Direito. Teoria do fato jurídico. Direito, valor e norma. Fundamentos da História do Direito. Direito nas sociedades primitivas. Direito e sociedade no Oriente antigo: Mesopotâmia e Egito. Direito Grego antigo. Direito Romano clássico: seus institutos jurídicos e seu legado. Direito no Medievo e dogmática canônica. Direito na sociedade moderna. Direito na América Latina. Sistemas jurídicos contemporâneos. Fontes do Direito Brasileiro. Contextualização histórica do pensamento jurídico no Brasil. Novos direitos e globalização. Desafios para o terceiro milênio. Crise da historicidade jurídica e novos paradigmas. Políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de ações afirmativas. Relações étnico-raciais. História e cultura afro-brasileira e africana. Fortalecimento de identidades e de direitos. Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.
OBJETIVO
Compreender o fenômeno jurídico dentro de uma perspectiva interdisciplinar, desenvolvendo no aluno uma compreensão deste fenômeno em todos os campos do social e relacionando o conhecimento do direito aos demais saberes; - desenvolver no aluno condições que lhe permitam diferenciar os aspectos dogmáticos e zetéticos do conhecimento jurídico, habilitando-o a uma visão crítica do ordenamento jurídico e da própria ciência jurídica; - habilitar o aluno à compreensão da relação necessária entre as perspectivas éticas e jurídicas no tocante à normatividade social; - ressaltar o caráter histórico do direito e a importância das dicotomias direito natural/direito positivo; direito público e privado; direito objetivo e subjetivo; - Identificar as espécies normativas que compõem o ordenamento, a partir da compreensão das fontes jurídicas e dos diferentes tipos normativos, desenvolvendo também um raciocínio crítico sobre as fontes produtoras do ordenamento.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1- RODRIGO FREITAS PALMA. HISTÓRIA DO DIREITO. 8º ED. 2019. SARAIVA ONLINE 2- JOSÉ FABIO RODRIGUES MACIEL, RENAN AGUIAR. MANUAL DE HISTÓRIA DO DIREITO. 1ª ED. 2019. SARAIVA ONLINE

3-RIZZATTO NUNES. **MANUAL DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO**. 1ª ED. 2018. SARAIVA ONLINE

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

1- CARLOS ALBERTO BITTAR. **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO**. 2ª ED. 2018. SARAIVA ONLINE

2- CLAUDIO DE CICCIO, CLÁUDIO DE CICCIO. **HISTÓRIA DO DIREITO E DO PENSAMENTO JURIDICO**. 8ª ED. 2017. SARAIVA ONLINE

3- JOSE FABIO RODRIGUES MACIEL, JOSÉ FABIO RODRIGUES MACIEL, RENAN AGUIAR. **DIR VIVO HIST DO DIREITO**. 8ª ED. 2017. SARAIVA ONLINE

4- RONALDO PORTO MACEDO JR. **COL TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO - ENSAIOS DE DIREITO PRIVADO E SOCIAL**. 1ª ED. 2015. SARAIVA ONLINE

10. CIVIL I – TEORIA GERAL

EMENTA
Conceito e princípios do direito civil. Pessoas: pessoas naturais e pessoas jurídicas. Direitos da personalidade. Ausência. Bens: diferentes classes de bens. Fatos jurídicos: negócio jurídico, atos jurídicos lícitos e atos jurídicos ilícitos. Extinção de direitos. Prescrição e decadência. Prova do negócio jurídico. Perspectivas do direito civil.
OBJETIVO
Fornecer as noções, conceitos e fundamentos do direito civil, indispensáveis à adequada compreensão das relações jurídicas a ele inerentes.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1-LÔBO, PAULO. DIREITO CIVIL. SARAIVA, 2021.

2- GONÇALVES, CARLOS ROBERTO. **DIREITO CIVIL BRASILEIRO**. SARAIVA, 2021.

3- LENZA, PEDRO. **DIREITO CIVIL ESQUEMATIZADO**. SARAIVA, 2021.

4- GAGLIANO, PABLO STOLZE. **NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL**. SARAIVA, 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

1- GAGLIANO, PABLO STOLZE. **NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL - PARTE GERAL**. SARAIVA, 2021.

2- GONÇALVES, CARLOS ROBERTO. **DIREITO CIVIL BRASILEIRO**. SARAIVA, 2021.

3- CASSETARI, CHRISTIANO. **ELEMENTOS DE DIREITO CIVIL**. SARAIVA, 2021.

4- FONSECA, JOAO FRANCISCO NAVES DA. **CÓDIGO CIVIL E LEGISLAÇÃO CIVIL EM VIGOR**. SARAIVA, 2021.

11. HERMENEUTICA JURÍDICA

EMENTA
Principais escolas hermenêuticas. Especificidades e conceito da hermenêutica jurídica. Os modos de produção do Direito e os instrumentos hermenêuticos. Hermenêutica jurídica e jurisprudência. Interpretação do Direito. Integração do Direito. Antinomias jurídicas. Aplicação do Direito. Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais e dos tratados internacionais.
OBJETIVO
A obra O texto O discurso O texto jurídico Estrutura da lei Estrutura do documento legal Antinomias das normas e interpretação.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1- BELCHIOR, GERMANA PARENTE NEIVA. HERMENÊUTICA JURÍDICA AMBIENTAL . SARAIVA, 2011.

2- ASSIS JUNIOR, LUIZ CARLOS. **HERMENÊUTICA APLICADA**. SARAIVA, 2014.

3-COELHO, INOCÊNCIO MÁRTIRES. IDP - **DA HERMENÊUTICA FILOSÓFICA À HERMENÊUTICA JURÍDICA**. SARAIVA, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

IAMUNDO, EDUARDO. **HERMENÊUTICA E HERMENÊUTICA JURÍDICA**. SARAIVA, 2017.

SOARES, RICARDO MAURICIO FREIRE. **HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO JURÍDICA**. SARAIVA, 2019.

ALVIM, EDUARDO ARRUDA. **HERMENÊUTICA E JURISPRUDÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**. SARAIVA, 2018

MARCO ANTONIO VASQUEZ RODRIGUEZ. **HERMENÊUTICA & DECISÃO JUDICIAL**. JURUÁ. 2017

12. PSICOLOGIA JURÍDICA

EMENTA
Noções Introdutórias de Psicologia. Comportamento, convivência social e aceitação das diferenças. Histórico da psicologia jurídica. Psicologia e psiquiatria forense. Papel do psicólogo na administração da justiça e na mediação de conflitos jurídicos: cíveis, penais e trabalhistas. Legislação e implantação dos serviços de psicologia jurídica.
OBJETIVO
Proporcionar uma visão esclarecedora sobre a Psicologia Jurídica, desenvolvendo com os acadêmicos a compreensão do referencial teórico e conceitual relacionado ao trabalho do psicólogo jurídico e sua relação com os operadores de direito.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1-BEATRICE MARINHO PAULO. PSICOLOGIA NA PRÁTICA JURÍDICA . 2ª ED. 2012. SARAIVA ONLINE.

2- ANA CARLA PINHEIRO FREITAS, JOSE FABIO RODRIGUES MACIEL. **LIV DIG COLEÇÃO DIREITO VIVO - PSICOLOGIA JURÍDICA AL DID.** 3ª ED. 2017. SARAIVA ONLINE

3- ANA CARLA PINHEIRO FREITAS, CARLA PINHEIRO, JOSÉ FABIO RODRIGUES MACIEL. **MANUAL DE PSICOLOGIA JURÍDICA.** 5ª ED. 2019. SARAIVA ONLINE

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

1- ORGANIZADORAS: MARIA CRISTINA NEIVA DE CARVALHO E VERA REGINA MIRANDA. **PSICOLOGIA JURÍDICA - TEMAS DE APLICAÇÃO I.** 2007. JURUÁ ONLINE

2- MARIA CRISTINA NEIVA DE CARVALHO, TELMA FONTOURA E VERA REGINA MIRANDA. **PSICOLOGIA JURÍDICA - TEMA DE APLICAÇÃO II.** 2009. JURUÁ ONLINE

3- DENISE MARIA PERISSINI DA SILVA. **PSICOLOGIA JURÍDICA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO - VOLUME 1 - ASPECTOS PROCESSUAIS DA PERÍCIA PSICOLÓGICA EM VARAS DE FAMÍLIA.** 4ª EDIÇÃO - REVISTA E ATUALIZADA. 2019. JURUÁ ONLINE

4- ATAHUALPA FERNANDEZ E MARLY FERNANDEZ. **NEUROÉTICA, DIREITO E NEUROCIÊNCIA - CONDUTA HUMANA, LIBERDADE E RACIONALIDADE JURÍDICA.** 2007. JURUÁ ONLINE

13. DIREITO CONSTITUCIONAL I

EMENTA
Teoria da constituição: constitucionalismo, constituição (conceito, elementos e classificações). Formação constitucional do brasil. Poder constituinte. Normas constitucionais (princípios e normas constitucionais, conceito e classificações). Hermenêutica constitucional (hermenêutica, interpretação, concretização da norma: princípios e métodos de interpretação nas normas constitucionais.)
OBJETIVO
Possibilitar ao acadêmico de Direito o primeiro contato com a Constituição e sua teoria, bem como noções fundamentais de hermenêutica constitucional.
REFERÊNCIAS BÁSICAS

- 1- TAVARES, ANDRÉ RAMOS. **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL**. SARAIVA, 2021.
- 2- LENZA, PEDRO. **DIREITO CONSTITUCIONAL ESQUEMATIZADO**. SARAIVA, 2021.
- 3- MITIDIERO, DANIEL. **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL**. SARAIVA, 2021.
- 4- MENDES, GILMAR FERREIRA. **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL**. SARAIVA, 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- 1- MARTINS, FLÁVIO. **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL**. SARAIVA, 2021.
- 2- OLIVEIRA, ERIVAL DA SILVA. **DIREITO CONSTITUCIONAL**. SARAIVA, 2021.
- 3- NUNES, CARLOS EDUARDO. **ENSAIOS CONSTITUCIONAIS**. SARAIVA, 2021.
- 4- TEUBNER, GUNTHER. **FRAGMENTOS CONSTITUCIONAIS: CONSTITUCIONALISMO SOCIAL NA GLOBALIZAÇÃO**. SARAIVA, 2020.
- 5- PINHO, RODRIGO CÉSAR REBELLO. **TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS**. SARAIVA, 2020.
- 6- SOARES, RICARDO MAURÍCIO FREIRE. **O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**. SARAIVA, 2010.

14. ÉTICA JURÍDICA

EMENTA
Ética e moral. Ética no mundo contemporâneo. Liberdade, consciência e responsabilidade. Ética e direito. Profissões jurídicas e seus campos de atuação. Regramento jurídico das principais profissões jurídicas. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Tendências contemporâneas em ética.
OBJETIVO

Contribuir para o processo de formação acadêmica do aluno do curso de Direito, proporcionando o estudo de regras morais e/ou jurídicas, que regem as profissões relacionadas aos operadores do Direito.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- 1- RACHID, ALYSSON. **DOMINANDO ÉTICA**. SARAIVA, 2021.
- 2- BITTAR, EDUARDO C. B. **CURSO DE ÉTICA JURÍDICA**. SARAIVA, 2016.
- 3- CARDELLA, HAROLDO PARANHOS. **ÉTICA PROFISSIONAL – SIMPLIFICADO**. SARAIVA, 2012.
- 4- EDITORA SARAIVA. **A ÉTICA COMO FUNDAMENTO DOS PROJETOS HUMANOS**. SARAIVA, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- 1- LÔBO, PAULO. **COMENTÁRIOS AO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB**. SARAIVA, 2020.
- 2- ARAUJO JUNIOR, MARCO ANTÔNIO. **GABARITANDO ÉTICA OAB**. SARAIVA, 2020.
- 3- TELLES JÚNIOR, GOFFREDO. **ÉTICA: DO MUNDO DA CÉLULA AO MUNDO DOS VALORES**. SARAIVA, 2016.
- 4- COELHO, MARCUS VINICIUS FURTADO. **COMENTÁRIOS AO NOVO CÓDIGO DE ÉTICA DOS ADVOGADOS**. SARAIVA, 2017.
- 5- BIANCHI, PATRÍCIA. **EFICÁCIA DAS NORMAS AMBIENTAIS**. SARAIVA, 2010.

3º SEMESTRE

15. TEORIA GERAL DO PROCESSO

EMENTA

Noções introdutórias e históricas. Autotutela. Autocomposição. Heterocomposição. Processo e Constituição. Processo e procedimento. Normas fundamentais. Princípios gerais do direito processual. Interpretação das normas processuais. Aplicação do

Direito Processual. Função jurisdicional. Jurisdição e ação. Limites da jurisdição nacional. Eficácia no tempo e no espaço. Cooperação internacional.

OBJETIVO

Apresentar ao acadêmico noções básicas do Direito Processual, familiarizando-o aos princípios e fundamentos que lhe são inerentes.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

1- JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER, RENNAN FARIA KRÜGER THAMAY. **TEORIA GERAL DO PROCESSO**. 6ª ED. 2021. SARAIVA ONLINE

2- ALUISIO IUNES MONTI RUGGERI RE, MARCOS VINICIUS MANSO LOPES GOMES, MARCUS VINICIUS MANSO LOPES GOMES. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL - TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL**. 1ª ED. 2019. SARAIVA ONLINE

3- CARLOS EDUARDO FERRAZ DE MATOS. **COLEÇÃO SINOPSES JURÍDICAS - PROCESSO CIVIL - TEORIA GERAL DO PROCESSO E PROCESSO DE CONHECIMENTO**. 17ª ED. 2018. SARAIVA ONLINE

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

1- RENNAN FARIA KRÜGER THAMAY. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL : TEORIA GERAL DO PROCESSO, PROCESSO DE CONHECIMENTO, PROCESSO DE EXECUÇÃO**, 1ª ED. 2015. SARAIVA ONLINE

2- DANIELA OLÍMPIO DE OLIVEIRA. **DESJUDICIALIZAÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E TEORIA GERAL DO PROCESSO - EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA DE ACORDO COM A LEI 13.105 DE 16.03.2015 NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**. 2ª ED. JURUÁ ONLINE

3- JOÃO PAULO FONTOURA DE MEDEIROS. **TEORIA GERAL DO PROCESSO - O PROCESSO COMO SERVIÇO PÚBLICO**. 4ª EDIÇÃO - REVISTA E ATUALIZADA. 2018. JURUÁ ONLINE

4- ELTON BAIOTTO. **PROCESSO ELETRÔNICO E SISTEMA PROCESSUAL - O PROCESSO CIVIL NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - PREFÁCIO DE SÉRGIO CRUZ ARENHART**. 2ª EDIÇÃO 2016 - REVISTA E ATUALIZADA DE ACORDO COM O NOVO CPC. JURUÁ ONLINE

16. DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES

EMENTA	
Conceito e princípios do direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Perspectivas do direito das obrigações.	
OBJETIVO	
Fornecer as noções, conceitos e fundamentos do direito obrigacional, indispensáveis à adequada compreensão das relações jurídicas obrigacionais.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
1- GONÇALVES, CARLOS ROBERTO. TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES. SARAIVA, 2021. 2- GAGLIANO, PABLO STOLZE. NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL: OBRIGAÇÕES. SARAIVA, 2020. 3- GONÇALVES, CARLOS ROBERTO. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES. SARAIVA, 2020.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
1- BORGES, LEONARDO ESTRELA. AS OBRIGAÇÕES. SARAIVA, 2017. 2- LISBOA, ROBERTO SENISE. MANUAL DE DIREITO CIVIL - VOLUME 2 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL. SARAIVA, 2013. 3- GONÇALVES, CARLOS ROBERTO. SINOPSES JURÍDICAS 5: DIREITO DAS OBRIGAÇÕES - PARTE GERAL. SARAIVA, 2015. 4- GONÇALVES, CARLOS ROBERTO. SINOPSES JURÍDICAS 6 - TOMO II : DIREITO DAS OBRIGAÇÕES PARTE ESPECIAL - RESPONSABILIDADE CIVIL. SARAIVA, 2017.	

17. DIREITO PENAL I

EMENTA
Histórico do Direito Penal. Função do Direito Penal em um Estado Democrático de Direito. Garantismo Penal. Método em Direito Penal. Direito Penal Constitucional: os Princípios Penais. Aplicação da Lei Penal. As Teorias do Crime. Do Crime e seus Elementos Analíticos. Do Concurso de Pessoas.
OBJETIVO
Analisar a importância da existência e aplicação das normas penais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1-ANDREUCCI, RICARDO ANTONIO. MANUAL DE DIREITO PENAL. SARAIVA, 2021. 2GONÇALVES, VITOR EDUARDO RIOS. CURSO DE DIREITO PENAL - PARTE GERAL - ARTS. 1º A 120. SARAIVA, 2020. 3-ESTEFAM, ANDRÉ. DIREITO PENAL. SARAIVA, 2021.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
1- DEZEM, GUILHERME MADEIRA. DIREITO PENAL. SARAIVA, 2021. 2- BITENCOURT, CEZAR ROBERTO. TRATADO DE DIREITO PENAL. SARAIVA, 2021. 3- CAPEZ, FERNANDO. CURSO DE DIREITO PENAL. SARAIVA, 2021. 4- JOAO PAULO MARTINELLI ORSINI, LEONARDO SCHMITT DE BEM. LIÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO PENAL LIÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO PENAL. SARAIVA, 2017

18. DIREITO E BIOÉTICA

EMENTA
Ética geral. Bioética (interdisciplinariedade, histórico, princípios). Início da vida. Planejamento familiar. Direitos reprodutivos-sexuais. Presunção de paternidade e de maternidade. Técnicas de reprodução assistida: aspectos jurídicos. Sigilo do doador versus identidade genética. Antecipação terapêutica do parto: anencefalia. Aborto.

Comitês de Ética em Pesquisa em seres humanos (CEP). Transfusão de sangue. Redesignação de sexo. Responsabilidade do profissional da saúde. Doação de órgãos, tecidos e células. Eutanásia (ortotanásia, distanásia, mistanásia). Organismos geneticamente modificados. Sociedade de risco e meio ambiente.

OBJETIVO

Demonstrar a importância da Bioética como disciplina imprescindível para as questões ligadas ao progresso das ciências da vida e da saúde. Discutir a Bioética a partir de uma perspectiva jurídica, a fim de buscar critérios éticos para a solução de questões jurídicas relacionadas à vida.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- 1- HOGEMANN, EDNA RAQUEL. **CONFLITOS BIOÉTICOS**. SARAIVA, 2013.
- 2- BRUM, CAMILA JAPIASSU DORES. **DIREITO A SAÚDE**. SARAIVA, 2021
- 3- DUARTE, CLARICE SEIXAS. **JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE A VISÃO DO PODER EXECUTIVO**. SARAIVA, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- 1- SILVA, REGINA BEATRIZ TAVARES DA. **RESPONSABILIDADE CIVIL NA ÁREA DA SAÚDE - SÉRIE GVLAW**. SARAIVA, 2009.
- 2- MAZZUOLI, VALERIO DE OLIVEIRA. **TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNO**. SARIVA, 2011.
- 3- MAGALHÃES, LESLEI LESTER DOS ANJOS. **O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO À VIDA - SÉRIE IDP**. SARAIVA, 2012.
- 4- BIANCHINI, ALICE. LIV DIG SABERES DO DIREITO 57 - **DIREITOS HUMANOS E FU DID AL**. SARAIVA, 2012.

19. DIREITO ADMINISTRATIVO I

EMENTA

Fundamentos do direito administrativo. Personalidade e atividades do estado. Regime jurídico administrativo. Organização da administração pública. Atos administrativos. Controle da administração pública. Atividades da administração pública: serviço

público, poder de polícia e fomento, intervenção no domínio econômico, intervenção na propriedade privada. Bens públicos.

OBJETIVO

Analisar os aspectos mais relevantes do Direito Administrativo e sua potencial utilização no exercício das carreiras jurídicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- 1- MAZZA, ALEXANDRE. **MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO**. SARAIVA, 2021.
- 2- SPITZCOVSKY, CELSO. **DIREITO ADMINISTRATIVO ESQUEMATIZADO**. SARAIVA, 2021.
- 3- COUTO FILHO, REINALDO DE SOUZA. **CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO**. SARAIVA, 2020.
- 4- ROSSI, LICÍNIA. **MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO**. SARAIVA, 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- 1 - SPITZCOVSKY, CELSO. **DIREITO ADMINISTRATIVO ESQUEMATIZADO**. SARAIVA, 2021.
- 2- MAZZA, ALEXANDRE. **ADMINISTRATIVO NA PRÁTICA**. SARAIVA, 2020.
- 3- SUNDFELD, CARLOS ARI. **INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO - SÉRIE GVLAW**. SARAIVA, 2008.
- 4- COSTA, ELISSON, PEREIRA DA. V.5 - **DIREITO ADMINISTRATIVO**. SARAIVA, 2013.
- 5- ROSA, MARCIO FERNANDO. LIV DIG SINOPSES JURÍDICAS - **DIREITO ADMINISTRATIVO 1** DID AL. SARAIVA, 2017.

20. DIREITO FINANCEIRO

EMENTA

Atividade financeira do Estado. Conceito e objeto do Direito Financeiro. Despesa pública e receita pública. Crédito público. Orçamento público. Princípios de Direito

Financeiro. Elaboração, execução e controle da execução orçamentária. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Responsabilidade fiscal.

OBJETIVO

Princípios e normas fundamentais de Direito Financeiro. Princípios Constitucionais Orçamentários, controle e fiscalização contábil financeira. Orçamentos Públicos Contemporâneos. O Conceito de Tributo e as Grandes Espécies Tributárias na Constituição

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- 1- MORAES, CARLOS ALBERTO DE. **CURSO DE DIREITO FINANCEIRO**. SARAIVA, 2012.
- 2- JARDIM, EDUARDO MARCIAL FERREIRA. **MANUAL DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO**. SARAIVA, 2019.
- 3- NASCIMENTO, CARLOS VALDER DO. **TRATADO DE DIREITO FINANCEIRO - VOLUME 1**. SARAIVA, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- 1- NASCIMENTO, CARLOS VALDER DO. **TRATADO DE DIREITO FINANCEIRO - VOLUME 2**. SARAIVA, 2013.
- 2- MARTINS, IVES GANDRA DA SILVA. **DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO COMPARADO: ESTUDOS EM HOMENAGEM A EUSÉBIO GONZÁLES GARCÍA**. SARAIVA, 2017.
- 3- CARNEIRO, CLAUDIO. **CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO**. SARAIVA, 2020.
- 4- COORDENADORES: MARCUS LÍVIO GOMES, RAQUEL DE ANDRADE VIEIRA ALVES E ABHNER YOUSSEF MOTA ARABI. **DIREITO FINANCEIRO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL** - PREFÁCIO DE MARCUS ABRAHAM, JURUÁ, 2016

21. DIREITO CIVIL III – CONTRATOS

EMENTA
Conceito e princípios do direito dos contratos. Teoria geral dos contratos. Contratos em geral. Contratos em espécie. Atos unilaterais. Títulos de crédito. Preferências e privilégios creditórios. Perspectivas do direito dos contratos.
OBJETIVO
Propiciar aos acadêmicos de direito uma visão panorâmica da disciplina Direito de Direito Civil – Contratos em Espécie, fazendo com que os mesmos estejam aptos a tratar dos temas pertinentes a esta matéria nas inúmeras funções desenvolvidas pelo operador do direito, bem como, servir de subsídio para a graduação de bacharel em direito.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1- GAGLIANO, PABLO STOLZE. NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL: CONTRATOS . SARAIVA, 2021.
2- LÔBO, PAULO. DIREITO CIVIL: CONTRATOS . SARAIVA, 2020.
3- GAGLIANO, PABLO STOLZE. CONTRATOS . SARAIVA, 2020
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
1- CERVEIRA, DANIEL ALCÂNTARA N. SHOPPING CENTER: LIMITES NA LIBERDADE DE CONTRATAR . SARAIVA, 2011.
2-DONNINI, ROGÉRIO FERRAZ. RESPONSABILIDADE CIVIL PÓS-CONTRATUAL . SARAIVA, 2011.
3-ALBERTO GOSSON JORGE JUNIOR. DIREITO DOS CONTRATOS . SAIRAIVA. 2013
4- PABLO STOLZE GAGLIANO, RODOLFO MARIO VEIGA PAMPLONA FILHO, RODOLFO PAMPLONA FILHO. Novo Curso de Direito Civil 4 tomo II - Contratos em espécie . SARAIVA. 2017

22. DIREITO PENAL II

EMENTA
Teoria das Penas. Culpabilidade de Autor e do Fato. Pena e Culpabilidade. Princípios Constitucionais da Pena e Limites ao Direito de Punir. Espécies de Pena no Código Penal. Individualização Judicial das Penas. Suspensão Condicional da Pena. Livramento Condicional. Efeitos Penais e Extra-penais da Condenação. Reabilitação. Das Medidas de Segurança e seus Princípios Constitucionais. Da Ação Penal. Da Extinção da Punibilidade.
OBJETIVO
Analisar e perquirir sobre a importância da existência da aplicação das normas penais e seus consectares.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1- CAPEZ, FERNANDO. CURSO DE DIREITO PENAL 2. SARAIVA, 2016. 2- GONÇALVES, VITOR EDUARDO RIOS. CURSO DE DIREITO PENAL: PARTE ESPECIAL - ARTS 121 A 183. SARAIVA, 2021. 3- BALTAZAR JUNIOR, JOSÉ PAULO. LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL ESQUEMATIZADO. SARAIVA, 2021. 4- CAPEZ, FERNANDO. DIREITO PENAL 2: LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL. SARAIVA, 2020.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
1- LENZA, PEDRO. DIREITO PENAL ESQUEMATIZADO: PARTE ESPECIAL. SARAIVA, 2019. 2- ANDREUCCI, RICARDO ANTONIO. LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL. SARAIVA, 2021. 3- CARVALHO, SALO. PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO. SARAIVA, 2020. 4- ESTEFAM, ANDRÉ. DIREITO PENAL 2. SARAIVA, 2015.

5-ESTEFAM, ANDRÉ. **CURSO DE DIREITO PENAL 2 LIV DIGDIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL - VOLUME 2 AL DID. SARAIVA, 2017.**

23. DIREITO CONSTITUCIONAL II

EMENTA
A constituição de 1988: princípios e objetivos fundamentais. Direitos fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, os direitos sociais, os direitos à nacionalidade, os direitos políticos. Garantias dos direitos fundamentais. Da ordem social.
OBJETIVO
Estudar os direitos e garantias fundamentais sob a perspectiva da norma constitucional, de modo a proporcionar ao acadêmico as condições para que ele possa no exercício de sua profissão atuar com ética, pautado na liberdade, na igualdade, na educação, aproveitando os ensinamentos aqui adquiridos.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1-BARROSO, LUÍS ROBERTO. CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO . SARAIVA, 2020.
2-MARTINS, FLÁVIO. CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL . SARAIVA, 2021.
3- OLIVEIRA, ERIVAL DA SILVA. DIREITO CONSTITUCIONAL . SARAIVA, 2021.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
1-BRANCO, PAULO GUSTAVO GONET. TEMAS FUNDAMENTAIS DO DIREITO CONSTITUCIONAL ": INST. BRASILIENSE DE DIREITO PUBLICO IDP" JUÍZO DE PONDERAÇÃO NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. SARAIVA, 2009.
2-MOURA, LENICE SILVEIRA MOREIRA. O NOVO CONSTITUCIONALISMO NA ERA PÓS-POSITIVISTA . SARAIVA, 2009.
3- CASTRO, MARCUS FARO DE. CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA: UMA LEITURA A PARTIR DE CARLOS SANTIAGO NINO E ROBERTO GARGARELLA .SARAIVA,2012.



4-MOREIRA, EDUARDO RIBEIRO. **TEORIA DA REFORMA CONSTITUCIONAL**. SARAIVA, 2012.

24. DIREITO ADMINISTRATIVO II

EMENTA
Agentes públicos. Regime jurídico constitucional dos servidores públicos. Responsabilidade patrimonial extracontratual do estado. Licitação. Contratos administrativos. Direito processual administrativo: conceito, histórico, possibilidades. Justiça e processualidade administrativa. Teoria geral do processo administrativo. Processos administrativos em espécie. Perspectivas do direito administrativo.
OBJETIVO
Analisar os aspectos mais relevantes do Direito Administrativo e sua potencial utilização no exercício das carreiras jurídicas.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1- MAZZA, ALEXANDRE. MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO . SARAIVA, 2021. 2- NASCIMENTO, CARLOS VALDER. TRATADO DE DIREITO ADMINISTRATIVO 2 . SARAIVA, 2013. 3- ROSA, MARCIO FERNANDO. LIVRO DE SINOPSES JURÍDICAS - DIREITO ADMINISTRATIVO 2 . SARAIVA, 2017.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
1- VELLOSO, LEANDRO. DIREITO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DA OAB 2ª FASE . SARAIVA, 2019. 2- BORDALO, RODRIGO. OS ÓRGÃOS COLEGIADOS NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO . SARAIVA, 2016. 3- CELSO SPITZCOVSKY, PEDRO LENZA. Direito administrativo esquematizado . SARAIVA, 2020

25. CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

EMENTA
Conceitos e princípios da negociação e da mediação. Aspectos sociais, políticos e econômicos da negociação e da mediação. Relações interpessoais e inter-organizacionais. Negociação como atividade cotidiana. Táticas e estratégias de negociação. Habilidades de relacionamento e tecnologia da negociação. Mediação, jurisdição e jurisconstrução. Mediação, conciliação e transação. Papel e ética do mediador.
OBJETIVO
Estudar a teoria dos conflitos e técnicas de negociação e mediação. Desenvolver competências para uso dessas técnicas. Discutir a gradativa inserção dessas técnicas no processo judicial brasileiro. Introduzir o tema da arbitragem.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1-HUMBERTO DALLA BERNADINA DE PINHO, MARCELO MAZZOLA. MANUAL DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM. 1ª ED. 2019. SARAIVA ONLINE. 2-ROBERTO PORTUGAL BARCELLAR. SABERES DO DIREITO 53 - MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM. 2ª ED. 2016. SARAIVA ONLINE 3-LUIZ FERNANDO DO VALE ALMEIDA GUILHERME, LUIZ FERNANDO DO VALE ALMEIDA GUILHERME. MANUAL DE ARBITRAGEM. 4ª ED. 2019. SARAIVA ONLINE
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
1-NATHALIA MAZZONETTO. ARBITRAGEM E PROPRIEDADE INTELECTUAL: ASPECTOS ESTRATÉGICOS ARBITRAGEM E PROPRIEDADE INTELECTUAL: AS. 1ª ED. 2017. SARAIVA ONLINE 2- NAPOLEAO CASADO FILHO. ARBITRAGEM E ACESSO À JUSTIÇA- O NOVO PARADIGMA DO THIRD. 1ª ED. 2017. SARAIVA ONLINE.

3- ALEXANDRE REIS SIQUEIRA FREIRE, FRANCISCO JOSÉ CAHALI, THIAGO RODOVALHO. **ARBITRAGEM: ESTUDOS SOBRE A LEI N. 13.129/201.** 1ª ED 2016. SARAIVA ONLINE

4- MICHELE PEDROSA PAUMGARTTEN. **NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO** - MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS - FUNÇÃO JUDICIAL - NEGOCIAÇÃO - CONCILIAÇÃO - MEDIAÇÃO – ARBITRAGEM. JURUÁ. 2017

26. DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA
Direito tributário nacional: princípios constitucionais tributários. Fontes do direito tributário. Sistema constitucional tributário. Competência impositiva. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Tributo: conceito, espécies, classificações. Norma jurídica tributária. Hipótese de incidência. Obrigação tributária. Normas gerais de direito tributário. Tributos: federais, estaduais e municipais. Administração tributária. Repartição constitucional da receita tributária. Direito tributário penal. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário. Perspectivas do direito tributário.
OBJETIVO
O objetivo almejado na disciplina é o estudo dos institutos característicos do Direito Tributário, que envolve uma relação jurídica na qual o Estado desponta como ente dotado de competência para instituir e exigir tributos do contribuinte, pessoa física ou jurídica que surge como o devedor desta obrigação. O estudo dos institutos característicos do Direito Tributário, que envolve uma relação jurídica na qual o Estado desponta como ente dotado de competência para instituir e exigir tributos do contribuinte, pessoa física ou jurídica que surge como o devedor desta obrigação.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
1- SCHOUER, LUIS EDUARDO. DIREITO TRIBUTÁRIO. SARAIVA, 2021.
2- KNIJNIK, EDUARDO. DIREITO TRIBUTÁRIO. SARAIVA, 2013
3- MARTINS, IVES GANDRA DA SILVA. DIREITO TRIBUTARIO CONTEMPORÂNEO. SARAIVA, 2013.
4- TAVARES, ALEXANDRE MACEDO. FUNDAMENTOS DIR TRIBUTARIO. SARAIVA, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- 1- SABBAG, EDUARDO. **ELEMENTOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO**. SARAIVA, 2015.
- 2- PEREIRA, LUCIANO DE ALMEIDA. **DIREITO TRIBUTÁRIO**. SARAIVA, 2011.
- 3- SPILBORGHES, ALESSANDRO CAVALCANTE. **SABERES DO DIREITO 43 - DIREITO TRIBUTÁRIO II**. SARAIVA, 2013.
- 4- PIERRI, ANDREA TOLEDO. LIV DIG **TEORIA E PRÁTICA DO DIREITO TRIBUTÁRIO** DID AL. SARAIVA, 2013.
- 5- MELO, JOSE EDUARDO SOARES DE. **DICIONÁRIO DE DIREITO TRIBUTÁRIO**. SARAIVA, 2012.

5º SEMESTRE

27. DIREITO CIVIL IV – RESPONSABILIDADE CIVIL

EMENTA
Conceito e princípios da responsabilidade civil. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas e seus administradores. Responsabilidade civil do estado e seus agentes. Perspectivas da responsabilidade civil.
OBJETIVO
Proporcionar ao acadêmico do Curso de Direito a discussão da Responsabilidade Civil, em todos os seus aspectos, possibilitando a realização de leituras críticas e interpretação do texto legal.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
DIAS, José Aguiar. Da responsabilidade civil . 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
GAGLIANO, Pablo Stolze; Pamplona Filho, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, Vol. IV.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas, 2011. Vol. III.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FILHO, Sérgio Cavalhieril. **Programa de responsabilidade civil**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil - Obrigações e Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2013.(digital)

MIRAGEM, Bruno Nunes Barbosa. **Direito Civil - Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015 (digital)

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: direito das obrigações**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, Vol. IV.

28. DIREITO PENAL III

EMENTA

Dos Crimes Contra a Pessoa. Dos Crimes Contra o Patrimônio. Dos Crimes Contra a Propriedade Imaterial. Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho. Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso e o Respeito aos Mortos.

OBJETIVO

Proporcionar ampla visão conceitual e discussão sobre temas pertinentes à parte especial do Código Penal.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol 2 e 3.

NORONHA, E. Magalhães **Direito Penal**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, Vol. II.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELLI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, Vol. II.

ESTEFAM, André. **Direito Penal** 3. São Paulo: Saraiva, 2015.(digital)

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patricia. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2014.(digital)

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 24^a ed. São Paulo: Atlas, 2007, vol. 2

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, Vol. II.

29. DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

EMENTA
Competência. Sujeitos do processo. Partes e seus procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Juiz. Auxiliares da Justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública. Atos processuais. Forma, tempo, lugar, comunicação. Nulidades. Distribuição e registro. Valor da Causa. Tutela provisória. Tutela de urgência. Tutela de evidência. Formação, suspensão e extinção do processo.
OBJETIVO
Caracterizar o processo de conhecimento dentro dos instrumentos disponibilizados pela ciência processual civil.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
DIDIER Jr, Fredie. Curso de Direito Processual Civil: Teoria da Prova, Direito Probatório, Decisão, Precedente, Coisa Julgada e Tutela Provisória . 11 ^a ed. Juspodivm, 2017
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil – Teoria Geral e do Processo de Conhecimento . Vol 1. São Paulo, Saraiva, 2017
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil – Processo de Conhecimento e procedimentos especiais . Vol 2. São Paulo, Saraiva, 2016
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BUENO, Cassio Scarpinella Bueno. Novo Código de Processo Civil Anotado . 1 ^a ed. São Paulo: Saraiva, 2016

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Direito Processual Civil esquematizado**. 6ªed. São Paulo,

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Novo Código de Processo Civil**. Comparado e Anotado. Niterói: Impetus, 2016.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo do novo processo civil**. Niterói: Impetus, 2016.

NEVES, Daniel Amorin Assunção. **Manual de direito processual civil** – volume único. 9ª ed. Editora Juspodivm, 2017

30. DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO

EMENTA
Introdução e história do direito internacional público. Normas internacionais. Tratados internacionais. Formas extraconvencionais de expressão do direito internacional. Instrumentos de interpretação e compensação. Personalidade internacional. Domínio público internacional. Organizações internacionais. Conflitos internacionais: meios diplomáticos, meios políticos e meios jurisdicionais.
OBJETIVO
Possibilitar o desenvolvimento de uma visão ampla acerca dos institutos que englobam o direito internacional público na atualidade, envolvendo as novas interpretações da matéria e as repercussões jurídicas acerca da legislação vigente; Estimular o desenvolvimento do estudo analítico e crítico dos diversos tópicos que integram a disciplina aprimorando o estudo do direito de integração e direito comunitário; Possibilitar o estudo teórico e a aplicação prática dos do tema em estudo, com respaldo na ampla jurisprudência e nas doutrinas complementares da matéria, tratando da importância dos direitos humanos e seus desdobramentos jurídicos.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. Manual de direito internacional público. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. JO, Hee Moon. Introdução ao direito internacional. 2. ed. São Paulo: LTR, 2004.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público. Curso elementar.** 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

VARELLA, Marcelo. **Direito Internacional Público.** 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (digital)

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público.** 6 ed. São Paulo: LTR, 2004.

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público.** São Paulo: Saraiva, 2015.(digital)

PEREIRA, Bruno Yepes. **Curso de direito internacional público.** São Paulo: saraiva, 2006.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais.** 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

31. INTRODUÇÃO A LIBRAS

EMENTA

Histórico e noções gerais sobre surdez, aquisição de linguagem, legislação e identidade e cultura surda; Estudos Introdutórios da Estrutura Linguística e Gramatical da Língua de Sinais; a Língua de Sinais em diversos contextos da comunicação.

OBJETIVO

Contribuir para o conhecimento, aprofundamento e estudo da Língua Brasileira de Sinais, seus aspectos linguísticos e gramaticais e questões que envolvem seu uso na comunicação e no processo educacional do estudante com surdez.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BALLANTYNE, J. **Surdez.** 5.ed. Porto Alegre: Artmed,1995.

GOLDFELD, M. **Criança Surda** – Linguagem e Cognição numa perspectiva sócio interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, W.D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. Volumes I e II.** São Paulo: Edusp, 2001.

GESSER, A. **Libras que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

QUADROS, R. M. & KARNOPP, L.B. **Língua Brasileira de Sinais – Estudos Linguísticos.** Porto Alegre: Artemed, 2003.

32. DIREITO EMPRESARIAL I

EMENTA
Origem e evolução histórica do direito empresarial. Fontes do Direito Empresarial. As teorias dos atos de comércio e de empresa. Do empresário. Obrigações gerais dos empresários. Da empresa. Nome empresarial. Estabelecimento empresarial. Microempresa, empresa de pequeno porte. Agentes auxiliares da empresa. Desconsideração da pessoa jurídica. Propriedade industrial. Teoria geral do direito societário. Regime jurídico das sociedades empresariais. Classificação das sociedades empresariais. Elementos constitutivos do contrato social. Requisitos para fins de registro. Direitos e deveres dos sócios. Sociedades contratuais: sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade limitada. Sociedades institucionais: sociedades anônimas; sociedade em comandita por ações.
OBJETIVO
Promover a compreensão e a importância do Direito Empresarial. Apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Empresarial. Estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos. Motivar os alunos a refletirem de maneira crítica e valorativa, através da análise dos institutos pertinentes ao Direito Empresarial, consubstanciado na Doutrina, Jurisprudência, legislação vigente e realidade, acompanhando a evolução dos institutos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, Vol. I.

MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, Vol I.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRÃO, Nelson. **Sociedades Limitadas**. 10 ed. São Paulo, Saraiva, 2012

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2005.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Lições de Direito Societário a Luz do Código Civil** de 2002. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

NEGRÃO, Ricardo. **Direito Empresarial: estudo unificado**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial esquematizado**. 1. ed. São Paulo, Método, 2017.

6º SEMESTRE

33. DIREITO CIVIL V – COISAS

EMENTA

Posse. Propriedade. Condomínio. Direitos reais sobre coisas alheias: de gozo, de aquisição e garantia. Registro de imóveis. Direito agrário. Propriedade literária, científica e artística.

OBJETIVO
Oferecer ao acadêmico os conceitos fundamentais que envolvem a disciplina direito das coisas, habilitando-o a colocar em prática o conhecimento e a técnica adquiridos a fim de resolver questões jurídicas bem como prepará-lo para desenvolver as atividades profissionais afetas ao bacharel em Direito.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
MELO, Marco Aurélio Bezerra de. Curso de Direito Civil – Direito das Coisas . Editora Atlas, 2015.
TARTUCE, Flávio; BELLO, Rodrigo. Direito civil – Direito das coisas . 9ªed. Editora Forense, 2017.
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil – Direitos Reais . 10 ed., V, São Paulo: Atlas, 2010
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
CASSETTARI, Christiano. Elementos de Direito Civil . São Paulo: Saraiva, 2011.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil . São Paulo, Saraiva, 2006, Vols. IV
GAGLIANO, Pablo Stolze. Rodolfo Pamplona Filho. Novo curso de direito civil . – 12. ed. ver. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2011.
GONÇALVES. Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas . 6 ed., V 5, São Paulo: Saraiva, 2011.
LÔBO, Paulo. Direito Civil: Coisas . São Paulo: Saraiva, 2015.(digital)

34. DIREITO PENAL IV

EMENTA
Dos Crimes Contra a dignidade sexual. Dos Crimes Contra a Família. Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública. Dos Crimes Contra a Fé Pública. Dos Crimes Contra a Administração Pública. Crimes de Responsabilidade Fiscal.
OBJETIVO
Proporcionar ampla visão conceitual e discussão sobre temas pertinentes à parte especial do Código Penal.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol 4 e 5.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte especial, volume III. 13ªed. Niterói, RJ: Impetus, 2016

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELLI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, Vol. III.

ESTEFAM, André. **Direito Penal** 4. São Paulo: Saraiva, 2015.(digital)

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2007, vol. 3

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, Vol. III.

SUMARIVA, Paulo. **Saberes do Direito** 8 - Direito Penal -Parte III. São Paulo: Saraiva, 2012.(digital)

35. DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

EMENTA

Do processo nos Tribunais e dos meios de impugnação às decisões judiciais. Disposições gerais. Ordem dos processos nos tribunais. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Conflito de competência. Homologação de decisão estrangeira. Concessão de exequatur à carta rogatória. Ação rescisória. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Reclamação. Recursos. Apelação. Agravo de instrumento. Embargos de declaração. Recurso ordinário constitucional. Recurso especial. Recurso extraordinário. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário. Embargos de divergência. Recursos na legislação esparsa.

OBJETIVO

Trazar ao aluno conceitos jurídicos básicos de processo civil no que se refere aos recursos;

- Incutir no futuro bacharel uma visão atualizada do processo civil.

Efetuar a mais atualizada interpretação dos dispositivos do Código de Processo Civil, dos textos doutrinários correlacionados com a matéria a ser estudada e com a Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores;

- Estimular o estudo da orientação jurisprudencial dominante em matéria de recursos cíveis.
- Estimular o estudo das alterações legislativas propostas no projeto de novo Código de Processo Civil em trâmite no Congresso Nacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BUENO, Cassio Scarpinella Bueno. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016

DIDIER, Jr. Fredie. **Curso de Direito Processual Civil. Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processos nos Tribunais**. 13ª ed. Editora Juspodivm, 2017

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil esquematizado**. 6ªed. São Paulo, Saraiva, 2017

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DIDIER Jr, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria da Prova, Direito Probatório, Decisão, Precedente, Coisa Julgada e Tutela Provisória**. 11ª ed. Juspodivm, 2017

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil – Processo de Conhecimento e procedimentos especiais**. Vol 2. São Paulo, Saraiva, 2016.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Novo Código de Processo Civil**. Comparado e Anotado. Niterói: Impetus, 2017.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo do novo processo civil**. Niterói: Impetus, 2017.

NEVES, Daniel Amorin. **Manual de direito processual civil – volume único**. 9ª ed. Editora Juspodivm, 2017.

36. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

EMENTA
Introdução e história do direito internacional privado. Lei de introdução as normas do direito brasileiro - implicações internacionais. Aplicabilidade de sentenças estrangeiras em território brasileiro. Território, domicílio e nacionalidade. Direito do estrangeiro. Asilo. Conflito de leis e aplicação do direito estrangeiro. Conflito de jurisdição e solução de controvérsias em âmbito internacional. Contratos internacionais. Aspectos destacados de mediação e arbitragem.
OBJETIVO
Propiciar aos acadêmicos de direito uma visão panorâmica da disciplina Direito de Internacional Privado, fazendo com que os mesmos estejam aptos a tratar dos temas pertinentes a esta matéria nas inúmeras funções desenvolvidas pelo operador do direito, bem como, servir de subsídio para a graduação de bacharel em direito.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
ARAÚJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. Direito Internacional Privado. São Paulo: Saraiva, 2012
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
AMORIM, Edgar Carlos. Direito Internacional Privado. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. JO, Hee Moon. Introdução ao Direito internacional. 2. ed. São Paulo, LTR, 2004. LILIANA LYRA JUBILUT, Gustavo Ferraz e Campos Monaco. Direito Internacional Privado. São Paulo: Saraiva, 2012. (digital) NEVES, Gustavo Bregalda. Direito Internacional Público/ Direito Internacional Privado. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado. 17ªed, São Paulo: Saraiva, 2015.(digital)

37. DIREITO EMPRESARIAL II

EMENTA
Do crédito em geral – suas peculiaridades. Teoria geral dos títulos de crédito: origem e evolução; noções gerais; função e importância; características; requisitos formais e nulidades. Espécies de títulos de crédito no Direito Brasileiro. Letra de câmbio. Endosso. Aceite. Aval. Vencimento e Pagamento. Protesto. Ação cambiária. Prescrição. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Outros títulos de crédito: cartão de crédito. Teoria geral dos contratos mercantis. Espécies de contratos mercantis: contrato de fornecimento; contratos de colaboração; contratos de seguro; factoring (faturização); arrendamento mercantil (leasing); franquia empresarial. Falência e recuperação judicial. Crimes Falimentares. Intervenção e Liquidação Extrajudicial.
OBJETIVO
Compreender os fundamentos teóricos a respeito do direito cambiário. Perscrutar qual são os contratos mercantis típicos da atividade empresarial. Delinear a lei de propriedade industrial e patentes. Conhecer o direito falimentar brasileiro e as inovações introduzidas com a recuperação da empresa.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, Vol. II. MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, Vol II. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial esquematizado. 1. ed. São Paulo, Método, 2017.

CHAGAS, Edilson Enedino das. **Direito empresarial esquematizado**. São Paulo. Saraiva. 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRÃO, Nelson. **Sociedades Limitadas**. 10 ed. São Paulo, Saraiva, 2012

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2005.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Lições de Direito Societário a Luz do Código Civil de 2002**. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

NEGRÃO, Ricardo. **Direito Empresarial: estudo unificado**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

38. DIREITOS DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

EMENTA

Conceito e Princípios do Direito do Consumidor. Legislação Brasileira Específica. Os Direitos do Consumidor e sua Proteção. Contratos de Relação de Consumo. Prazos de prescrição e decadência. Direitos coletivos e individuais homogêneos. Desconsideração da pessoa jurídica. A Defesa do Consumidor em Juízo. Das Ações Coletivas para Defesa de Interesses Coletivos e Individuais Homogêneos.

OBJETIVO

Identificar e resolver as situações fáticas ou sugeridas à luz da doutrina e da legislação consumerista.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

EFING, Antônio Carlos **Fundamentos do Direito das Relações de Consumo**. Curitiba:Juruá.2007.

KHOURI, Paulo Roque. **Direito do Consumidor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, Vol. I.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, João Batista de. **Manual de Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2015.

FERNANDES NETO, Antonio Joaquim. **Plano de Saúde e direito do consumidor**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Curso fundamental de Direito do Consumidor**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, Cláudia Lima & BENJAMIN, Antonio Herman V. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

39. ESTÁGIO E PRÁTICA JURÍDICA I – ENFÂSE EM CIVIL, ADMINISTRATIVO, PENAL E TRABALHISTA, ALÉM DAS TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

EMENTA

- a) Técnica de elaboração de recursos a partir de casos simulados ou não, nas áreas trabalhistas, cível, criminal e outras áreas do direito a serem definidas no plano de ensino;
- b) Acompanhamento e relatório de sessões do Tribunal de Justiça;
- c) Atendimento à clientela pelo acadêmico acompanhado pelo professor orientador, com elaboração de peças a partir de casos reais;
- d) Acompanhamento processual, com atendimento aos despachos e pareceres.
- e) Simulados da OAB. Realização de audiências simuladas.

OBJETIVO

O objetivo do estágio curricular supervisionado é desenvolver habilidades e competências de conteúdo prático em complemento aos conteúdos teóricos do curso, permitindo ao acadêmico uma interação com seu universo de atuação profissional, preparando-o para a atuação profissional, conscientes de sua participação nos processos de transformação da sociedade brasileira, enquanto profissionais éticos

capazes de atenderem às demandas pertinentes à cidadania e ao desenvolvimento econômico e científico da região..

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MALTA, Cristóvão Piragibe Tostes. **Prática do Processo Trabalhista**. 33. ed. São Paulo: LTR, 2007.

DIDIER Jr, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil. Teoria da Prova, Direito Probatório, Decisão, Precedente, Coisa Julgada e Tutela Provisória**. São Paulo: Editora Juspodum, 2017.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil - Teoria Geral e do Processo de Conhecimento**. Vol 1. São Paulo, Saraiva, 2017

RODRIGUES PINTO, José Augusto. **Processo Trabalhista de Conhecimento**. 7. ed. São Paulo: LTR, 2005.

NUCCI, Guilherme Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 8. ed. São Paulo: RT, 2009.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Novo Código de Processo Civil**. Comparado e Anotado. Niterói: Impetus, 2016.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo do novo processo civil**. Niterói: Impetus, 2017

7º SEMESTRE

40. DIREITO CIVIL VI – FAMILIAS

EMENTA
Conceito e princípios do direito de família. Direito pessoal: casamento, relações de parentesco. Direito patrimonial: regime de bens entre os cônjuges, usufruto e administração dos bens de filhos menores, alimentos, bem de família. União estável. Tutela e curatela. Perspectivas do direito de família.
OBJETIVO
Propiciar aos acadêmicos de direito uma visão panorâmica da disciplina Direito de Família, fazendo com que os mesmos estejam aptos a tratar dos temas pertinentes a

esta matéria nas inúmeras funções desenvolvidas pelo operador do direito, bem como, servir de subsidio para a graduação de bacharel em direito; Possibilitar o desenvolvimento de uma visão ampla acerca do direito de família, englobando as novas interpretações da matéria e as repercussões jurídicas e sociais; Estimular o desenvolvimento do estudo analítico e crítico dos diversos tópicos que integram a disciplina como Casamento, Parentesco, Tutela e Curatela, União Estável, entre outras; Possibilitar o estudo teórico e a aplicação prática do direito de família, com respaldo na ampla jurisprudência e nas doutrinas complementares da matéria.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**. Editora Saraiva, 2017.

GAGLIANO, Pablo Stolze; Pamplona Filho, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, Vol. I.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAHALI, Yussef Said. **Dos alimentos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

CASSETTARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2006, Vols. I, II, III, IV, V.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 26 ed. V. 5, São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Manual de Direito das Famílias**. 7ª ed. São Paulo: RT, 2017.

41. DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

EMENTA

Processo de execução. Execução em geral. Disposições gerais. Partes. Competência. Requisitos necessários para realizar a execução. Responsabilidade patrimonial. As diversas espécies de execução. Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa. Execução contra a fazenda pública. Execução de alimentos. Insolvência civil. Defesa ou oposição na execução. Suspensão e extinção do processo de execução.

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno os conhecimentos necessários para que possam manejar o processo e os procedimentos de forma científica e não como meros “práticos”. Para tanto, conduzir-se-á o ensino da matéria primando pelo conhecimento do linguajar jurídico, da sistemática do processo e dos procedimentos e da correta interpretação dos dispositivos do Código, dos textos doutrinários e jurisprudência aplicável ao caso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BUENO, Cassio Scarpinella Bueno. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DIDIER, Fredie; MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. **Coleção novo CPC – Doutrina Selecionada**. Vol 5. Execução. Editora Juspodium, 2ªed., 2016

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil – Execução, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões**. Vol 3. São Paulo, Saraiva, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. **Novo Código de Processo Civil. Comparado e Anotado**. Niterói: Impetus, 2017.

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. **Curso completo do novo processo civil**. Niterói: Impetus, 2017.

JUNIOR, Nelson Nery e NERY, Rosa Maria de Andrade. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2015.

LIVRAMENTO, Geraldo Aparecido do. **Execução do Novo CPC**. JHMIZUNO Editora, 2016.

NEVES, Daniel Amorin. **Manual de direito processual civil – volume único**. 9ª ed. Editora Juspodivm, 2017.

42. DIREITO DO TRABALHO I

EMENTA

Direito do trabalho: histórico, conceito, princípios, fontes. Direito individual do trabalho. Relação de trabalho e relação de emprego. Contrato individual de trabalho. Remuneração e salário. Alteração das condições de trabalho. A duração do trabalho. Férias. Estabilidade. Rescisão contratual. O fundo de garantia do tempo de serviço – FGTS. Seguro de desemprego.

OBJETIVO

O objetivo almejado na disciplina é o estudo dos institutos do Direito Individual do Trabalho, que se destina a regular um determinado tipo de relação laborativa, a relação de emprego, a qual é exercida por pessoa física, mediante subordinação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DELGADO, Maurício G. **Curso de Direito do Trabalho**. 5. ed. São Paulo, LTR, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOSCO, Carlos Alberto. **Trabalho Informal**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CALVO, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2013.(digital)

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Curso Crítico de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2013.(digital)

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho**. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

43. DIREITO PROCESSUAL PENAL I

EMENTA

Teoria Geral do Processo Penal. Processo Penal Constitucional. História do Processo Penal Brasileiro. Inquérito Policial. Auto de Prisão em Flagrante. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Prisão Provisória. Sujeitos Processuais.

OBJETIVO
Proporcionar ampla visão conceitual que fomentem a discussão sobre temas pertinentes aos temas iniciais que permeiam a persecução no direito Processual Penal.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
NUCCI, Guilherme Souza. Código de Processo Penal Comentado . 8. ed. São Paulo: RT, 2009.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal . 6. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal . 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. Vol. I, II, III e IV.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Curso básico de processo penal . São Paulo: Saraiva, 2016.(digital)
MARCÃO, Renato. Curso de Processo Penal . São Paulo: Saraiva, 2016.(digital)
MIRABETE, Julio Fabrini. Processo Penal . 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
BONFIM, Edílson Mougnot. Curso de Processo Penal . São Paulo: Saraiva, 2011.

44. DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

EMENTA
Contextualização da crise ambiental. Terminologia básica. Princípios ambientais. Fontes. Competência em matéria ambiental. Política nacional do meio ambiente. Crimes ambientais. Recursos hídricos. Direito ambiental comparado. Tratados e convenções internacionais e princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Urbanismo. Propriedade urbana. Função sócio-ambiental da propriedade urbana. Limitações administrativas à propriedade. Direito de vizinhança. Estatuto da cidade. Ações ambientais.
OBJETIVO

Possibilitar uma ampla visão sobre as questões que envolvem o direito ambiental brasileiro e internacional, bem como apresentar a função sócio-ambiental do urbanismo relacionando com o direito de vizinhança e propriedades. Apresentar as normas vigentes no âmbito da P.N.M.A, a atual formatação do SISNAMA, atribuições de cada ente federativo conforme Lei Complementar 140/11 e as normas aplicáveis no âmbito estadual em relação às sanções ambientais, órgãos fiscalizadores, aplicação e valoração de multas ambientais com base na Portaria FATMA/BPMA 170/13. Apresentação do Novo Código Florestal (Lei Federal 12.651/12 e suas implicações práticas no cotidiano). Política Nacional de Recursos Hídricos. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Unidades de Conservação. Política Nacional do Saneamento Básico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 18ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 6ªed. São Paulo: RT, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Princípios do Direito Ambiental**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (digital)

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Estatuto da cidade

FREITAS, Vladimir Passos de. **Águas: aspectos jurídicos e ambientais**. Curitiba: Juruá, 2002.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Direito Ambiental em Evolução**. No. 5. Curitiba: Juruá, 2005.

LEITE, José Rubens Morato. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2015.

45. DIREITO AGRARIO BRASILEIRO

EMENTA
Direito Agrário: Conceito, Origens. O regime sesmarial e a “Lei de Terras” de 1850. A EC n. 10/64, e o “Estatuto da Terra”. Os princípios do Direito Agrário. O Direito Agrário na Constituinte de 1987-1988 e na Constituição de 1988 As atividades agrárias como objeto do Direito Agrário. O imóvel rural e sua classificação. Princípios gerais e constitucionais relativos ao Direito Agrário: Produtividade; Desenvolvimento; Função social; Dignidade da pessoa humana. Produção agrária e proteção ambiental. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ações Discriminatórias de Terras Públicas. A legitimação e a regularização de posses. O usucapião agrário. A reforma agrária. A desapropriação agrária. Demarcação de Terras Indígenas e Remanescentes de Quilombos. Colonização. Política Agrícola. O crédito rural. Cooperativismo e associativismo rural. Os contratos agrários. Cadastro e Tributação do imóvel rural. Aspectos contemporâneos: desenvolvimento e exclusão social. A região Amazônica e suas peculiaridades.
OBJETIVO
O objetivo essencial da disciplina é propiciar ao discente um olhar crítico sobre a realidade agrária brasileira, introduzindo elementos para uma análise contextualizada sobre a mesma. O oferecimento de ferramentas teórico-conceituais vinculando-as às várias dimensões dos estudos sobre a formação do espaço rural brasileiro e seus principais atores com destaque ao campesinato, que será o alicerce para a compreensão de abordagens que explicitem os conflitos, contradições e antagonismos de modelos diversos de construção da agrariedade. Principalmente da região Amazônica.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
OPITZ, Sílvia C. B. Curso completo de direito agrário. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. SODERO, Fernando Pereira. Direito agrário e reforma agrária. 2ª. ed. Florianópolis: OAB/SC, 2006. TARREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. Fundamentos constitucionais de direito agrário: estudos em homenagem a Benedito Ferreira Marques. São Paulo: SRS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BRAGA, Jose dos Santos Pereira. Introdução ao direito agrário. Belém, PA: Edições CEJUP, 1991. GORENDER, Jacob. Regime territorial no Brasil escravista. In: STÉDILE, João Pedro (org). A questão agrária no Brasil. Vol 1. São Paulo: Expressão

Popular, 2011. p. 177 a 215. MARES, Carlos Frederico. Função social da terra. São Paulo: SAFE, 2003. MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário Brasileiro. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. ROCHA, Ibraim. Manual de direito agrário constitucional. 1ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010. SILVA, Ligia Osório. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

46. DIREITO CIVIL VII - SUCESSÕES

EMENTA
Conceito e princípios do direito das sucessões. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha. Perspectivas do direito das sucessões.
OBJETIVO
Oferecer ao acadêmico os conceitos fundamentais que envolvem a disciplina direito das sucessões, habilitando-o a colocar em prática o conhecimento e a técnica adquiridos a fim de resolver questões jurídicas e desenvolver as atividades profissionais afetas ao bacharel em direito.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões . São Paulo: Saraiva, 2007, Vol. VII.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017, Vol. VII.
WALD, Arnoldo. Direito Civil: direito civil das sucessões . São Paulo: Saraiva, 2012.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil . São Paulo, Saraiva, 2006, Vols. V
QUADROS, Rubiane de Lima. Manual de Direito das sucessões . Curitiba, Juruá, 2009.
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil: direito das coisas . 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2000, Vol. VI.
MALUF, Carlos Alberto Dabus. Curso de direito das sucessões . São Paulo: Saraiva, 2013. (digital)
LÔBO, Paulo. Direito Civil - Sucessões . 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (digital)

47. ESTÁGIO E PRÁTICA JURÍDICA II - ENFÂSE EM CIVIL, ADMINISTRATIVO, PENAL E TRABALHISTA, ALÉM DAS TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

EMENTA
Codificação e legislação ordinária. A disciplina abrange desde a persecução penal até a sentença, bem como, recursos, nulidades, ações autônomas e execução penal. Dando ênfase aos aspectos práticos, incluindo assistência de audiência.
OBJETIVO
Preparar o aluno para a atividade profissional, bem como para a elaboração de peças processuais. Apresentar-lhe a essência do Direito Processual Penal por intermédio de uma tipologia de aula dialogada, democrática e prática, para que o acadêmico domine a persecução penal nos seus dois momentos fundamentais (inquérito policial e processo). Sendo disciplina de natureza instrumental que visa fazer do acadêmico um hábil conhecedor do processo penal, cumpre direcionar o estudo, ao lado das lições teóricas e do manejo fácil da codificação, para o verdadeiro raciocínio jurídico. Em atenção ao critério da atualidade, a disciplina contará com a análise crítica da moderna jurisprudência.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012
SILVA, Davi André; EBE RHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo Henrique.
Manual de Prática Penal . Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Eugênio Paccelli de. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2012.

CHOUKR, Fauzi. Código de Processo Penal: comentários consolidados e crítica jurisprudencial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

GIACOMOLLI, Nereu. Reformas (?) do Processo Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SCARENCE FERNANDES, Antônio. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007

8º SEMESTRE

48. DIREITO URBANÍSTICO

EMENTA

Noções gerais. Urbanismo e Direito Urbanístico. Histórico. Autonomia. Conceitos. Objetos. Princípios do regime-jurídico administrativo atinentes ao Direito Urbanístico. Princípios do Direito Urbanístico. Regime urbanístico no Brasil. Tratamento no direito comparado. Regime normativo. A federação. Autonomia e competências dos entes federativos: competências constitucionais e normas gerais. Os bens públicos. Definição. Características. Classificação. Bens de uso comum do povo. Bens de uso especial. Bens dominicais. Afetação e desafetação. Relações com o Direito Urbanístico. Propriedade urbana. Tratamento legislativo constitucional e infraconstitucional. Função social da propriedade. Propriedade versus cidade. A propriedade planificada. Polícia administrativa: as limitações administrativas e urbanísticas ao direito de propriedade. Planejamento urbano. Planejamento e política de ocupação do solo. O plano Diretor. O zoneamento, o uso e a ocupação do solo urbano. Parcelamento do solo. Planejamento do sistema viário. Infraestrutura urbana. Legislação pertinente. A região metropolitana. Definição. Aspectos polêmicos. A conurbação. Instrumentos da Política Urbana. A Constituição da República de 1988. O Estatuto da Cidade (Lei federal n. 10.257/2001). O parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios. O IPTU progressivo. A desapropriação. Usucapião especial

de imóvel urbano individual e coletivo. A concessão de uso especial para fins de moradia. O direito de superfície. O direito de preempção. A outorga onerosa do direito de construir. As Coperações urbanas consorciada. Transferência do direito de construir. O estudo de impacto de vizinhança. Os consórcios imobiliários. Gestão da cidade. A regularização fundiária. As audiências e consultas públicas. Conselhos municipais. Sanções urbanísticas. Noções gerais. Previsão normativa.

OBJETIVO

Conhecer as especificidades da legislação atinente ao Direito Urbanístico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALFONSIN, Betânia de Moraes; FERNANDES, Edésio (Orgs.). Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão. Belo Horizonte: Fórum, 2004.
DALLARI, Adilson de Abreu; FERRAZ, Sergio (Orgs.). Estatuto da Cidade - Comentários à Lei Federal 10.257/2001. Malheiros: São Paulo, 2002.
MATOS, Liana Portilho. Estatuto da Cidade Comentado. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALFONSIN, Betânia de Moraes; FERNANDES, Edésio (Orgs.). Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. FERNANDES, Edésio (Org.). Direito Urbanístico. Belo Horizonte, Del Rey, 1998. FERNANDES, Edésio (Org.). Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. A Lei e a Ilegalidade na produção do espaço urbano. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. MUKAI, Toshio. Direito e Legislação Urbanística no Brasil. São Paulo: Saraiva. 1998.

49. DIREITO DO TRABALHO II

EMENTA

Das normas de proteção especiais. Segurança e medicina do trabalho. Direito coletivo do trabalho. Origens históricas dos sindicatos. Legislação sindical. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução: convenções, acordos e dissídios coletivos do trabalho.

A greve e o lock-out. Globalização e terceirização. Tendências contemporâneas do direito do trabalho.

OBJETIVO

Contribuir para o processo de formação acadêmica do aluno do curso de Direito, oportunizando a assimilação de conteúdos relacionados ao Direito do Trabalho em seus aspectos históricos, técnicos e legais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DELGADO, Maurício G. **Curso de Direito do Trabalho**. 5. ed. São Paulo, LTR, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Curso Crítico de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2013.(digital)

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2015

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho**. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2010

SUSSEKIND, Arnaldo. **Instituições de Direito do Trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

50. DIREITO PROCESSUAL PENAL II

EMENTA

Exceções Processuais. Medidas Assecuratórias. Questões Prejudiciais e Outros Processos Incidentes. Teoria Geral da Prova. Prova no Processo Penal. Atos de Comunicação Processual. Procedimento Comum. Procedimentos Especiais Previstos no Código de Processo Penal. Juizados Especiais Criminais. Júri.

OBJETIVO

Proporcionar ao acadêmico do Curso de Direito uma visão detalhada do Processo Penal, com especial destaque para as provas produzidas na instrução criminal, bem como lhe dar possibilidade de conhecer, identificar e utilizar os diversos procedimentos e suas generalidades, aplicabilidade e ritos competentes nos processos penais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

NUCCI, Guilherme Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 6. ed. São Paulo: RT, 2009.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. **Curso de Processo Penal**. 6. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. Vol. I, II, III e IV.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MIRABETE, Julio Fabrini. **Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BONFIM, Edílson Mougenot. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERNANDES, Antonio Scarance. **Provas no Processo Penal - Estudo Comparado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARQUES, Ivan Luis. **Investigação preliminar, ação penal, ação civil ex delicto..** São Paulo: Saraiva, 2012.(digital)

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. São Paulo. Saraiva, 2016.(digital)

51. CRIMINOLOGIA

EMENTA

Objeto, Método e Funções da Criminologia. Histórico do Pensamento Criminológico. O Criminoso sob o Ponto de Vista Físico, Psicológico e Social, os seus Tipos e Teorias. O Crime sob o Ponto de Vista de suas Formas Fatores e Tipos. A Criminalidade sob o Ponto de Vista de suas Formas, Fatores, Tipos e Teorias. A Construção de uma Criminologia Latino-Americana. Pesquisa Criminológica Aplicada.

OBJETIVO

Proporcionar uma visão ampla da disciplina, concentrada no crime, criminoso e na criminalidade, na ótica dos principais expoentes, através dos tempos, das ciências e interdisciplinar afins.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica ao Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Renan, 2002.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de Criminologia**. 6ªed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Ilusão de Segurança Jurídica**: do controle da violência à violência do controle. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003

FARIAS JUNIOR, João. **Manual de criminologia**. Curitiba: Juruá, 1996.

FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia integrada**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SUMARIVA, Paulo Henrique de Godoy. **Criminologia – teoria e Prática**. 4ª ed. Editora Impetus, 2017.

THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos?** O crime e o criminosos - entes políticos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

52. DIREITOS HUMANOS

EMENTA

A disciplina Direitos Humanos. Polissemia conceitual. Perspectiva histórica. Ideia de gerações e suas críticas. Principais documentos. Universalidade X Relatividade. Proteção na Constituição de 1988. Proteção internacional. Direito Internacional dos Direitos Humanos: Direitos Humanos, Direito Humanitário e Direito dos Refugiados. Proteção Regional. Direitos Cíveis e Políticos. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Violência. Especificação dos sujeitos de direito. Novos atores. Novos temas.

OBJETIVO

Propiciar aos acadêmicos de direito uma visão panorâmica da disciplina, permitindo um entendimento preciso, coerente e global sobre a importância dos direitos humanos no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 14ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2015 (digital)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 3. ed. São Paulo: Max Limonad, 1997

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2013

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Direitos Humanos**. Editora LTR, 2015.

FILHO, Napoleão Casado. **Direitos Humanos e Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2012.(digital)

GUERRA, Sidney. **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional**. 5ªed. São Paulo: Saraiva, 2015. (digital)

53. MEDICINA LEGAL

EMENTA

Departamento de polícia técnica: noções gerais. Documentos médico-legais. Traumatologia forense: conceito, classificação e importância médico-legal. Laudos de: exame de lesão corporal; exame cadavérico; exame de conjunção carnal; exame de atentado ao pudor; aborto; exame psiquiátrico; exame de embriaguez alcoólica; exame toxicológico; exame de investigação de paternidade; insalubridade; acidente de trabalho; indenização; responsabilidade médica e outros do âmbito penal e civil.

OBJETIVO

Conhecer a importância das relações existentes entre a Medicina e o Direito; conhecer as principais normas jurídicas que regem o exercício da Medicina; conhecer as condutas médico-legais fundamentais na relação médico-paciente; proporcionar visão conceitual e discussão sobre temas pertinentes a Medicina Legal.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BITTAR, Neusa. **Medicina Legal e Noções de Criminalística**. 6ª ed. Editora Juspodivm, 2017.

CROCE, D e CROCE JR., D., **Manual de Medicina Legal**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRANÇA, G. V. **Medicina Legal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,

2004

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COSTA, Luis Renato da Silveira. **A Perícia Médico Legal**. Editora Millenium, 2014.

JUNIOR, Almeida A. **Lições de Medicina Legal**. São Paulo: Nacional, 1998.

MARTINS, Celso Luiz. **Série Provas & Concursos**. 6ª ed. Editora Método, 2015

MARANHÃO, O. R. **Curso Básico de Medicina Legal**. 8. ed. São Paulo:

Malheiros, 2005.

GRECO, Rogerio. **Medicina Legal à luz do direito penal, teoria resumida e questões**. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

54. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

EMENTA

Direito processual do trabalho: histórico, conceito, princípios. Justiça do trabalho: organização e competência. Processo trabalhista: procedimentos, atos, termos e prazos processuais, partes, representação. Ação trabalhista. Citação/notificação. Resposta do réu. Audiência. Sentença. Recursos trabalhistas. Execução trabalhista.

OBJETIVO

Contribuir para o processo de formação acadêmica do aluno do curso de Direito, oportunizando a assimilação de conteúdos relacionados ao Direito Processual do Trabalho em seus aspectos históricos, técnicos e legais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIGLIO, Wagner D. **Direito Processual do Trabalho**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2005

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2011

PEREIRA, Leone. **Prática Trabalhista**. Vol. 7. 6ª ed. Revista dos Tribunais, 2017

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTR, 2007.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SAAD, Eduardo Gabriel. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTR, 2007.

**55. ESTÁGIO E PRÁTICA JURÍDICA III – ENFÂSE EM CIVIL,
ADMINISTRATIVO, PENAL E TRABALHISTA, ALÉM DAS TÉCNICAS DE
MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM**

EMENTA

Técnica de elaboração de sentença a partir de casos simulados ou não, nas áreas trabalhistas, cível, criminal e outras áreas do direito a serem definidas no plano de ensino;

b) Acompanhamento e relatório de sessões do Tribunal do Júri;

- c) Atendimento à clientela pelo acadêmico acompanhado pelo professor orientador, com elaboração de peças a partir de casos reais;
- d) Acompanhamento processual, com atendimento aos despachos e pareceres.

OBJETIVO

O objetivo do estágio curricular supervisionado é desenvolver habilidades e competências de conteúdo prático em complemento aos conteúdos teóricos do curso, permitindo ao acadêmico uma interação com seu universo de atuação profissional, preparando-o para a atuação profissional, conscientes de sua participação nos processos de transformação da sociedade brasileira, enquanto profissionais éticos capazes de atenderem às demandas pertinentes à cidadania e ao desenvolvimento econômico e científico da região.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil: Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento. 18ªed. Editora Juspodivm, 2017.

MALTA, Cristóvão Piragibe Tostes. Prática do Processo Trabalhista. 33. ed. São Paulo: LTR, 2007.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil - Teoria Geral e do Processo de Conhecimento. Vol 1. São Paulo, Saraiva, 2016.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Novo Código de Processo Civil. Comparado e Anotado. Niterói: Impetus, 2017.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Curso completo do novo processo civil. Niterói: Impetus, 2017.

RODRIGUES PINTO, José Augusto. Processo Trabalhista de Conhecimento. 7. ed. São Paulo: LTR, 2005.

NUCCI, Guilherme Souza. Código de Processo Penal Comentado. 8. ed. São Paulo: RT, 2009

9º SEMESTRE

56. DIREITO ADUANEIRO

EMENTA
Fundamentos do direito aduaneiro. Atividade aduaneira. Natureza das normas aduaneiras. Conceito de importação. Conceito de nacionalização. Tributos aduaneiros. Política brasileira de comércio exterior. Tratados, convenções e outros atos internacionais. Medidas restritivas às práticas comerciais internacionais. Franquias territoriais. Sujeição passiva dos impostos de importação e de exportação. O contencioso aduaneiro. Infrações, fraudes e delitos aduaneiros. O contrabando e o descaminho. Análise de problemas aduaneiros. Operações de importação e exportação - panorâmica tributária, documental e operacional. Despacho aduaneiro de mercadorias. Classificação fiscal de produtos. Regimes aduaneiros especiais e atípicos.
OBJETIVO
Realizar estudos introdutórios de direito aduaneiro brasileiro, apresentando o funcionamento do sistema aduaneiro nacional e de outros países; estudar a natureza, características, fundamentos e reflexos atuais do direito aduaneiro, para fomentar o desenvolvimento desse ramo do direito; examinar atuação do Estado sobre os negócios privados, com ênfase nos problemas aduaneiros contemporâneos, buscando soluções práticas da matéria; observar e compreender as espécies e os efeitos hodiernos das infrações aduaneiras; abordar os principais tipos de processos administrativos aduaneiros, bem como dos instrumentos jurídicos existentes no contencioso aduaneiro brasileiro, para proporcionar aos alunos condições de atuar nessa área.
REFERÊNCIAS BÁSICAS

Aquaviário. Revista de Direito Administrativo, Marítimo e Portuário, v. V, p. 74-94, 2016.

José Haroldo dos & GOMES, Carlos Rubens Caminha. Curso de direito marítimo. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

FERNANDES, Paulo Campos & MENDES VIANNA, Godofredo. "Arrest of Vessels. Part I". In Maritime Law Handbook. BREITZKE, Christian; LUX, Jonathan & VERLAAN, Philomene. Ed. Kluwer Law, sup. 31 out. 2007.

PEREIRA, Rucemah Leonardo Gomes. Arbitragem marítima: uma visão global Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CONTINI, A. A.; LEBRE, Eduardo A. T.; PERGHER, Heitor. A repercussão da iniciativa de segurança contra a proliferação de armas de destruição em massa no Direito Internacional Marítimo. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 108, jan 2013. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12648&revista_caderno=16

JÚDICE, Mônica Pimenta. O Direito Marítimo no Código de Processo Civil. 1ª ed. Juspodivm, 2015.

LEBRE, Eduardo A. T.; ULYSSEA, Marcelo Assumpção; SELAU, Cássio Brognoli. A estrutura brasileira do Serviço de Busca e Salvamento. Anais do 29o. SEURS: Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.aquaseg.ufsc.br/files/2011/06/A-estrutura-brasileira-do-Servi%C3%A7o-de-Busca-e-Salvamento.pdf>

57. DIREITO ELEITORAL

EMENTA

Direito eleitoral: noções introdutórias e conceitos básicos. Princípios constitucionais. A justiça eleitoral. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade. Sistemas eleitorais adotados no Brasil. Legislação brasileira específica. Partidos políticos. Processo eleitoral. Registro de candidaturas. Propaganda eleitoral. Recurso em matéria eleitoral. Ações em matéria eleitoral.

OBJETIVO

Analisar os aspectos mais relevantes do Direito Eleitoral e sua potencial utilização no exercício das carreiras jurídicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA, Roberto Moreira de. **Curso de Direito Eleitoral**. 11ªed. Editora Juspodivm, 2017.

CANDIDO, Joel José. **Direito Eleitoral Brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Edipro, 2006.

DECOMAIN, Pedro Roberto. **Eleições**: comentários à Lei n. 9.504/97. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CERQUEIRA, Thales Pontes de Luz de Pádua. **Direito Eleitoral Brasileiro**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

COSTA, Adriano Soares da. **Instituições de Direito Eleitoral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

DECOMAIN, Pedro Roberto. **Elegibilidades e Inelegibilidades**. 2 ed. São Paulo: Dialética, 2004.

MICHELS, Vera Maria Nunes. **Direito Eleitoral**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de Direito Eleitoral**. São Paulo: Saraiva, 2014.(digital)

58. DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EMENTA

Previdência social: histórico da previdência social, a previdência social no Brasil. Custeio. Beneficiários. Benefícios previdenciários. Acidentes do trabalho: acidente e

doença do trabalho. Benefícios acidentários. Conceitos e princípios da seguridade social: saúde, assistência social (loas).

OBJETIVO

Contribuir para o processo de formação acadêmica do aluno do curso de Direito, oportunizando a assimilação de conteúdos relacionados à Seguridade Social em seus aspectos históricos, técnicos e legais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Manual de Direito Previdenciário**. 14. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2013.

LEITE, Andre Studart. **Manual de Direito Previdenciário**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Legislação da Previdência Social. (atualizada)

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. **Curso de Direito da Seguridade Social**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GONÇALES, Odonel Urbano. **Manual de Direito Previdenciário**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NEVES, Gustavo Bregalda. **Manual de Direito Previdenciário – Direito da Seguridade Social**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROCHA, Daniel Machado (Org). **Curso de Especialização em Direito Previdenciário**. Curitiba: Juruá, 2007. Vol. I.

59. DIREITO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EMENTA

Sociedade, Tecnologia e Direito. Aspectos constitucionais da tecnologia da informação. Aspectos civis da tecnologia da informação. Propriedade intelectual e a tecnologia da informação. A tecnologia da informação e o direito do trabalho. Direito Penal e tecnologia da informação. Processo eletrônico.

OBJETIVO
Sociedade, Tecnologia e Direito. Aspectos Constitucionais da Tecnologia da Informação. Aspectos civis da Tecnologia da Informação. Propriedade Intelectual e a Tecnologia da Informação. A Tecnologia da Informação e o Direito do Trabalho. Direito Penal e Tecnologia da Informação. Processo Eletrônico.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
ALMEIDA FILHO, Jose Carlos de Araujo. Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico : a informatização judicial no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. BITENCOURT, Cezar R. Código Penal Comentado. 6. ed. São Paulo: Saraiva: 2010. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.3. ROSSINI, Augusto. Informática, telemática e direito penal. São Paulo: Memória Jurídica, 2004.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
FERREIRA, Aluizio. Direito a informacao, direito a comunicacao : direitos fundamentais na constituicao brasileira. São Paulo: Celso Bastos; Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1997. MATTELART, Armand. Historia da sociedade da informacao. Tradução de Nicolas Nyimi Campanario. São Paulo: Edições Loyola, 2002. PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet : liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. (Coleção temas jurídicos). PINHEIRO, Patricia Peck. Direito digital. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009. ROHRMANN, Carlos Alberto. Curso de direito virtual. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

60. DIREITO CULTURAL

EMENTA
Conceitos básicos relativos à cultura. O papel do estado frente à cultura. O tratamento jurídico-constitucional da cultura no Brasil. Os princípios constitucionais culturais. Principais conjuntos normativos de proteção, fomento e difusão da cultura.
OBJETIVO
Conceitos básicos relativos à cultura. O papel do estado frente à cultura. O tratamento jurídico-constitucional da cultura no Brasil. Os princípios constitucionais culturais. Principais conjuntos normativos de proteção, fomento e difusão da cultura.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 32. ed. atual. com as emendas constitucionais até a d n.95. de 15.12.2016. São Paulo: Malheiros, 2017. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2011. SANTOS, José Luiz dos. O Que e cultura. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos,110). CESNIK, Fábio de Sá. Guia do incentivo à cultura. 3. ed. atual. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2012.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BOBBIO, Norberto.UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA(Ed.). Os intelectuais e o poder : duvidas opcoes dos homens de cultura na sociedade contemporanea. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo:[s.n.], 1997. (Biblioteca Básica). COSTA NETTO, Jose Carlos. Direito autoral no Brasil. 2. ed. São Paulo: FTD, 2008. CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília: Brasilia Juridica, 2000. LEMBO, Cláudio (coord.); PASIN, João B. C.; TELLO, Pilar J.; CAGGIANO, Mônica H. S. (org.) Culturalismo jurídico: São Paulo 450 anos: Seminário Brasil Espanha. Barueri, SP: Manole; Brasília, DF: Instituto Tancredo Neves, 2004.

EMENTA
O Cenário amazônico. Contextualização da crise ambiental. Terminologia básica. Princípios ambientais. Fontes. Competência em matéria ambiental. Política nacional do meio ambiente com foco na amazonia. Crimes ambientais. Recursos hídricos. Direito ambiental comparado. Tratados e convenções internacionais e princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Urbanismo. Propriedade urbana. Função sócio-ambiental da propriedade urbana. Limitações administrativas à propriedade. Direito de vizinhança. Estatuto da cidade. Ações ambientais na Amazônia.
OBJETIVO
Possibilitar uma ampla visão sobre as questões que envolvem o direito ambiental/florestal brasileiro com foco na amazonia, bem como apresentar a função sócio-ambiental do urbanismo relacionando com o direito de vizinhança e propriedades. Apresentar as normas vigentes no âmbito da P.N.M.A, a atual formatação do SISNAMA, atribuições de cada ente federativo conforme Lei Complementar 140/11 e as normas aplicáveis no âmbito estadual em relação às sanções ambientais, órgãos fiscalizadores, aplicação e valoração de multas ambientais com base na Portaria FATMA/BPMA 170/13. Apresentação do Novo Código Florestal (Lei Federal 12.651/12 e suas implicações práticas no cotidiano). Política Nacional de Recursos Hídricos. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Unidades de Conservação. Política Nacional do Saneamento Básico na Amazonia.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
DOURADO, M. C. Direito ambiental e questão Amazônica. Belém. UNAZA/UFPA. 1991. 260p. MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 18ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 6ªed. São Paulo: RT, 2007. SARLET, Ingo Wolfgang. Princípios do Direito Ambiental. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (digital)

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Estatuto da cidade

FREITAS, Vladimir Passos de. **Águas: aspectos jurídicos e ambientais**. Curitiba: Juruá, 2002.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Direito Ambiental em Evolução**. No. 5. Curitiba: Juruá, 2005.

LEITE, José Rubens Morato. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2015.

AB'SÁBER, A N. A Amazônia: do discurso à praxis. São Paulo: EDUSP, 1997.

AB'SÁBER, A N. Os domínios de natureza no Brasil. São Paulo: Ateliê, 2003.

BATALHA, B.H.L. e HANAN, S.A. Amazônia, contradições no paraíso ecológico. 5.ed. São Paulo: Cultura, 1999.

BRANCO, S. M. O desafio amazônico. 10.ed. São Paulo: Moderna, 1989.

62. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

EMENTA
Etapas e Métodos científicos para a elaboração do TCC. Revisão da Metodologia Científica. Sugestões de temas para o Trabalho de Conclusão de Curso. Regras da ABNT. Apresentação dos manuais de Estágio Supervisionado e TCC. Aspectos estruturais na elaboração e apresentação de projetos. Apresentação de linhas de pesquisa. Como defender o trabalho em banca.
OBJETIVO
Etapas e Métodos científicos para a elaboração do TCC. Revisão da Metodologia Científica. Sugestões de temas para o Trabalho de Conclusão de Curso. Regras da ABNT. Apresentação dos manuais de Estágio Supervisionado e TCC. Aspectos estruturais na elaboração e apresentação de projetos. Apresentação de linhas de pesquisa. Como defender o trabalho em banca.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. Ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

TAFNER, Malcon, FISCHER, Julianne, TAFNER, José. Metodologia do Trabalho Acadêmico. Curitiba: Juruá, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

PEREIRA, José Matias. Manual de metodologia da pesquisa científica. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PINHEIRO, Duda e GULLO, José. Trabalho de conclusão de curso – TCC – guia prático para elaboração de projetos. São Paulo: Atlas, 2009.

RAMOS, Albenides. Metodologia da pesquisa científica – Como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

63. ESTÁGIO E PRÁTICA JURÍDICA IV – ENFÂSE EM CIVIL, ADMINISTRATIVO, PENAL E TRABALHISTA, ALÉM DAS TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

EMENTA

- a) Técnica de elaboração de recursos a partir de casos simulados ou não, nas áreas trabalhistas, cível, criminal e outras áreas do direito a serem definidas no plano de ensino;
- b) Acompanhamento e relatório de sessões do Tribunal de Justiça;
- c) Atendimento à clientela pelo acadêmico acompanhado pelo professor orientador, com elaboração de peças a partir de casos reais;

- d) Acompanhamento processual, com atendimento aos despachos e pareceres.
- e) Simulados da OAB. Realização de audiências simuladas.

OBJETIVO

O objetivo do estágio curricular supervisionado é desenvolver habilidades e competências de conteúdo prático em complemento aos conteúdos teóricos do curso, permitindo ao acadêmico uma interação com seu universo de atuação profissional, preparando-o para a atuação profissional, conscientes de sua participação nos processos de transformação da sociedade brasileira, enquanto profissionais éticos capazes de atenderem às demandas pertinentes à cidadania e ao desenvolvimento econômico e científico da região.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MALTA, Cristóvão Piragibe Tostes. Prática do Processo Trabalhista. 33. ed. São Paulo: LTR, 2007.

DIDIER Jr, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Teoria da Prova, Direito Probatório, Decisão, Precedente, Coisa Julgada e Tutela Provisória. São Paulo: Editora Juspodum, 2017.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil - Teoria Geral e do Processo de Conhecimento. Vol 1. São Paulo, Saraiva, 2017

RODRIGUES PINTO, José Augusto. Processo Trabalhista de Conhecimento. 7. ed. São Paulo: LTR, 2005.

NUCCI, Guilherme Souza. Código de Processo Penal Comentado. 8. ed. São Paulo: RT, 2009.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Novo Código de Processo Civil. Comparado e Anotado. Niterói: Impetus, 2016.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Curso completo do novo processo civil. Niterói: Impetus, 2017

10º SEMESTRE

64. DIREITO DA NAVEGAÇÃO

EMENTA
Introdução ao Direito Marítimo. Origens, Fontes e Fundamentos do Direito Marítimo. Regramento Legislativo Nacional e Internacional; Convenções e Organizações. Embarcação e Sujeitos do Direito Marítimo. Meio Ambiente e Direito Marítimo. Seguros Marítimos – P&I. Direito Portuário. Capitania dos Portos, Tribunal Marítimo e Acidentes e Fatos da Navegação. Contratos Marítimos. Responsabilidade Civil e Conflitos na seara Marítima.
OBJETIVO
Compreender o princípios gerais e conceitos básicos do Direito Marítimo. Conhecer origens, fontes, fundamentos, regulamentos, convenções e organização do Direito Marítimo. Identificar os principais aspectos técnicos e jurídicos que envolvem o Direito Marítimo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANJOS, José Haroldo dos & GOMES, Carlos Rubens Caminha. Curso de direito marítimo. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

FERNANDES, Paulo Campos & MENDES VIANNA, Godofredo. "Arrest of Vessels. Part I". In Maritime Law Handbook. BREITZKE, Christian; LUX, Jonathan & VERLAAN, Philomene. Ed. Kluwer Law, sup. 31 out. 2007.

PEREIRA, Rucemah Leonardo Gomes. Arbitragem marítima: uma visão global Rio de Janeiro.

Fundação de Estudos do Mar: FEMAR, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

José Haroldo dos & GOMES, Carlos Rubens Caminha. Curso de direito marítimo. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

FERNANDES, Paulo Campos & MENDES VIANNA, Godofredo. "Arrest of Vessels. Part I". In Maritime Law Handbook. BREITZKE, Christian; LUX, Jonathan & VERLAAN, Philomene. Ed. Kluwer Law, sup. 31 out. 2007.

PEREIRA, Rucemah Leonardo Gomes. Arbitragem marítima: uma visão global Rio de Janeiro.

Fundação de Estudos do Mar: FEMAR, 1997.

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

CONTINI, A. A.; LEBRE, Eduardo A. T.; PERGHER, Heitor. A repercussão da iniciativa de segurança contra a proliferação de armas de destruição em massa no Direito Internacional Marítimo. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 108, jan 2013. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12648&revista_caderno=16

JÚDICE, Mônica Pimenta. O Direito Marítimo no Código de Processo Civil. 1ª ed. Juspodivm, 2015.

LEBRE, Eduardo A. T.; ULYSSEA, Marcelo Assumpção; SELAU, Cássio Brognoli. A estrutura brasileira do Serviço de Busca e Salvamento. Anais do 29o. SEURS: Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.aquaseg.ufsc.br/files/2011/06/A-estrutura-brasileira-do-Servi%C3%A7o-de-Busca-e-Salvamento.pdf>

LEBRE, Eduardo A. T.; CAPRARO, M. C. Z. . A Cumulatividade dos Empregos de Oceanógrafo e de Aquaviário no Contrato de Trabalho e a Repercussão no Direito Aquaviário. Revista de Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário, v. V, p. 74-94, 2016.

LEBRE, Eduardo A. T. O Direito Marítimo e os órgãos da autoridade marítima. REVISTA ÂMBITO JURÍDICO, Nº. 71, Ano XII: DEZEMBRO/2009. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6992

_____. A Atuação da OIT e da OMI para a Proteção da Vida e da Saúde do Empregado Marítimo. In: Luís Alexandre Carta Winter; Luiz Eduardo Gunther. (Org.). DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: Um Debate Atual. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2015, v., p. 219-231.

MARTINS, Eliane M. Octaviano. Curso de Direito Marítimo. Volume I. Teoria Geral. Barueri: Manole, 2013.

65. DIREITO MINERÁRIO E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA AMAZÔNIA

EMENTA
Noções Gerais. Direito Minerário e Recursos Hídricos na Constituição Federal e na Amazônia. Direito de propriedade e o aproveitamento das espécies minerais. Aspectos espaciais da atividade minerária. Os regimes jurídicos da exploração mineral. Características da atividade minerária. Legislação e recursos hídricos. Direito das Águas. Proteção ao Direito das Águas.
OBJETIVO



Princípios constitucionais do direito minerário. Propriedade do solo e do subsolo.

Legislação e institutos do direito minerário. Descrição e regime jurídico dos bens minerais:

recursos nucleares, propriedades, pesquisa, lavra, transporte, importação e exportação,

enriquecimento, reprocessamento e comércio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEDRAN, Elias. A mineração à luz do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Alba.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Rio de Janeiro: AIDE.

SÃO PAULO, Vera de. Da propriedade das minas e jazidas. São Paulo: Ed. Brasileira de Direito.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RAMOS, José Luiz Bonifácio. O regime e a natureza jurídica do direito dos recursos geológicos dos particulares. Lisboa: Lex Edições Jurídicas.

SOUZA, Marcelo Gomes de. Direito minerário e meio ambiente. Belo Horizonte: Del Rey

66. TECNOLOGIA E CRIMES CIBERNÉTICOS

EMENTA

Procedimentos básicos de coleta, preservação da integridade e análise das provas e de identificação dos autores desses crimes. Apresentar novos conhecimentos e ferramentas nesse tipo de investigação tão específica. Aplicação da lei penal em relação a esses crimes depende da aquisição de conhecimentos mínimos de informática pelos operadores do direito. - Constituição Federal de 1988; - Constituição Estadual de 1989; - Pacto pela Vida-Plano Estadual de Segurança Pública; - Lei

Complementar nº 049, de 31 de janeiro de 2003; - Lei Complementar nº 066, de 19 de janeiro de 2005; - Decreto nº 30.517, de 06 de junho de 2007;

- Decreto nº 32.540, de 24 de outubro de 2008; - Decreto nº 33.254, de 03 de abril de 2009;

- Decreto nº 35.408, de 09 de agosto de 2010; - Portaria nº 2.183 de 19 de agosto de 2009.

OBJETIVO

Identificar e conceituar os crimes cibernéticos; Identificar meios disponibilizados, na própria Internet, que auxiliem na investigação policial; Compreender os conceitos de redes sociais e seu comportamento, possibilitando a identificação de ameaças; Desenvolver habilidades para busca, obtenção e preservação das provas periciais; Apresentar os procedimentos periciais realizados nas investigações; Identificar a legislação internacional e nacional que trata das práticas mais comuns de desvios de conduta no ciberespaço; Listar algumas fragilidades produzidas na sociedade por causa do avanço tecnológico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ELEUTÉRIO, Pedro Monteiro da Silva; MACHADO, Marcio Pereira. Desvendando a Computação Forense. São Paulo: Novatec Editora, 2011.

PINHEIRO, Patricia Peck. Direito digital. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

WENDT, Emerson. JORGE, Higor. Crimes Cibernéticos: ameaças e procedimentos de investigação. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Brasport, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Código Penal. Portal da Legislação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/Del2848.htm

BRASIL. Lei 12.965/2014. Portal da Legislação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12965.htm

CERT.BR - Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil. Disponível em: <http://www.cert.br>.

EMENTA
Conceito e princípios do direito dos contratos. Teoria geral dos contratos. Contratos em geral. Contratos em espécie. Atos unilaterais. Títulos de crédito. Preferências e privilégios creditórios. Perspectivas do direito dos contratos.
OBJETIVO
Propiciar aos acadêmicos de direito uma visão panorâmica da disciplina Direito de Direito Civil – Contratos em Espécie, fazendo com que os mesmos estejam aptos a tratar dos temas pertinentes a esta matéria nas inúmeras funções desenvolvidas pelo operador do direito, bem como, servir de subsídio para a graduação de bacharel em direito.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
GAGLIANO, Pablo Stolze; Pamplona Filho, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Contratos e Atos Unilaterais. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, Vol. 3. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Contratos em Espécie. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
CASSETTARI, Christiano. Elementos de Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2011. GOMES, Orlando. Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2008. JORGE JUNIOR, Alberto Gosson. Direito dos Contratos. São Paulo: Saraiva, 2013.(digital) LÔBO, Paulo. Direito Civil - Contratos. São Paulo: Saraiva, 2014.(digital) WALD, Arnoldo. Direito Civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Saraiva, 2015.

68. DIREITO EMPRESARIAL III

EMENTA
Conceito e princípios. Histórico. Teoria geral do direito empresarial. Empresário e empresa. Registro público. Estabelecimento empresarial. Propriedade industrial. Atividade empresarial e publicidade. Escrituração contábil. Contratos de sociedade. Sociedades empresariais em espécie. Cooperativas. Fusão. Incorporação. Transformação e cisão. Títulos de crédito: teoria geral e títulos em espécie. Contratos mercantis. Locação mercantil. Shopping centers. Penhor e fiança mercantil. Representação comercial. Leasing. Factoring. Franchising. Aspectos destacados de falência e recuperação de empresas. Perspectivas do direito empresarial.
OBJETIVO
Apresentar ao acadêmico noções básicas do Direito Empresarial, familiarizando-o aos princípios e fundamentos que lhe são inerentes. Disponibilizar ao aluno o acesso ao conhecimento básico acerca do direito societário sempre dentro de uma postura de formação do futuro bacharel, confrontando a teoria básica com os institutos do texto positivado. Disponibilizar ao aluno o acesso ao conhecimento básico acerca da teoria dos títulos de crédito, contratos mercantis e institutos relativos à crise nas sociedades empresariais sempre dentro de uma postura de formação do futuro bacharel.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, Vol. I. MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, Vol I.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
ABRÃO, Nelson. Sociedades Limitadas. 10 ed. São Paulo, Saraiva, 2012 FAZZIO JUNIOR, Waldo. Manual de Direito Comercial. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2005. GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Lições de Direito Societário a Luz do Código Civil de 2002. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004. NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial: estudo unificado. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial esquematizado. 1. ed. São Paulo, Método, 2017.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial esquematizado**. 1. ed. São Paulo, Método, 2017.

69. DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

EMENTA
Processo de execução. Execução em geral. Disposições gerais. Partes. Competência. Requisitos necessários para realizar a execução. Responsabilidade patrimonial. As diversas espécies de execução. Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa. Execução contra a fazenda pública. Execução de alimentos. Insolvência civil. Defesa ou oposição na execução. Suspensão e extinção do processo de execução.
OBJETIVO
Proporcionar ao aluno os conhecimentos necessários para que possam manejar o processo e os procedimentos de forma científica e não como meros “práticos”. Para tanto, conduzir-se-á o ensino da matéria primando pelo conhecimento do linguajar jurídico, da sistemática do processo e dos procedimentos e da correta interpretação dos dispositivos do Código, dos textos doutrinários e jurisprudência aplicável ao caso.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
BUENO, Cassio Scarpinella Bueno. Novo Código de Processo Civil Anotado. 1^a ed. São Paulo: Saraiva, 2016. DIDIER, Fredie; MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. Coleção novo CPC – Doutrina Seleccionada. Vol 5. Execução. Editora Juspodum, 2^aed., 2016 GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil – Execução, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões. Vol 3. São Paulo, Saraiva, 2017.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Novo Código de Processo Civil. Comparado e Anotado . Niterói: Impetus, 2017.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo do novo processo civil**. Niterói: Impetus, 2017.

JUNIOR, Nelson Nery e NERY, Rosa Maria de Andrade. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2015.

LIVRAMENTO, Geraldo Aparecido do. **Execução do Novo CPC**. JHMIZUNO Editora, 2016.

NEVES, Daniel Amorin. **Manual de direito processual civil** – volume único. 9ª ed. Editora Juspodivm, 2017.

70. ESTAGIO E PRÁTICA JURIDICA II – PENAL

EMENTA
a) Técnica de elaboração de contestação e/ou defesa a partir de casos simulados ou não, nas áreas trabalhistas, cível, criminal e outras áreas do direito a serem definidas no plano de ensino; b) Técnicas de atuação profissional nas áreas cíveis, criminais e trabalhistas; c) Acompanhamento e relatório de audiências cíveis, criminais e trabalhistas; d) Atendimento à clientela pelo acadêmico acompanhado pelo professor orientador, com elaboração de peças a partir de casos reais; e) Acompanhamento processual, com atendimento aos despachos e pareceres.
OBJETIVO
O objetivo do estágio curricular supervisionado é desenvolver habilidades e competências de conteúdo prático em complemento aos conteúdos teóricos do curso, permitindo ao acadêmico uma interação com seu universo de atuação profissional, preparando-o para a atuação profissional, conscientes de sua participação nos processos de transformação da sociedade brasileira, enquanto profissionais éticos capazes de atenderem às demandas pertinentes à cidadania e ao desenvolvimento econômico e científico da região.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil – Teoria Geral e do Processo de Conhecimento. Vol 1. São Paulo, Saraiva, 2016 MALTA, Cristóvão Piragibe Tostes. Prática do Processo Trabalhista. 33. ed. São Paulo: LTR, 2007.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática Processual Penal**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Prática Forense para estagiários**. São Paulo: Saraiva, 2012. (digital)

DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**: Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento. 18ªed. Editora Juspodivm, 2016

HARTMANN, Rodolfo. **Curso completo do novo processo civil**. Niterói: Impetus, 2017.

RODRIGUES PINTO, José Augusto. **Processo Trabalhista de Conhecimento**. 7. ed. São Paulo: LTR, 2005.

NUCCI, Guilherme Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 8. ed. São Paulo: RT, 2009

71. DIREITO MINERÁRIO E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA AMAZÔNIA

EMENTA

Noções Gerais. Direito Minerário e Recursos Hídricos na Constituição Federal e na Amazônia. Direito de propriedade e o aproveitamento das espécies minerais. Aspectos espaciais da atividade minerária. Os regimes jurídicos da exploração mineral. Características da atividade minerária. Legislação e recursos hídricos. Direito das Águas. Proteção ao Direito das Águas.

OBJETIVO

Princípios constitucionais do direito minerário. Propriedade do solo e do subsolo. Legislação e institutos do direito minerário. Descrição e regime jurídico dos bens minerais:
recursos nucleares, propriedades, pesquisa, lavra, transporte, importação e exportação, enriquecimento, reprocessamento e comércio.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BEDRAN, Elias. A mineração à luz do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Alba.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Rio de Janeiro: AIDE.

SÃO PAULO, Vera de. Da propriedade das minas e jazidas. São Paulo: Ed. Brasileira de Direito.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

RAMOS, José Luiz Bonifácio. O regime e a natureza jurídica do direito dos recursos

geológicos dos particulares. Lisboa: Lex Edições Jurídicas.

SOUZA, Marcelo Gomes de. Direito minerário e meio ambiente. Belo Horizonte: Del

Rey

72. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (aplicada ao TCC em desenvolvimento)

EMENTA
Etapas e Métodos científicos para a elaboração do TCC. Revisão da Metodologia Científica. Sugestões de temas para o Trabalho de Conclusão de Curso. Regras da ABNT. Apresentação dos manuais de Estágio Supervisionado e TCC. Aspectos estruturais na elaboração e apresentação de projetos. Apresentação de linhas de pesquisa. Como defender o trabalho em banca. As orientações serão individuais, de acordo com cada espécie de Trabalho de Conclusão que for desenvolvido, através de encontros semanais entre orientando e orientador, durante a orientação, os alunos receberão as noções de metodologia e deverão apresentar na prática, de acordo com o tipo de trabalho desenvolvido as técnicas da disciplina.
OBJETIVO

Etapas e Métodos científicos para a elaboração do TCC. Revisão da Metodologia Científica. Sugestões de temas para o Trabalho de Conclusão de Curso. Regras da ABNT. Apresentação dos manuais de Estágio Supervisionado e TCC. Aspectos estruturais na elaboração e apresentação de projetos. Apresentação de linhas de pesquisa. Como defender o trabalho em banca.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. Ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

TAFNER, Malcon, FISCHER, Julianne, TAFNER, José. Metodologia do Trabalho Acadêmico. Curitiba: Juruá, 2010.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

PEREIRA, José Matias. Manual de metodologia da pesquisa científica. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PINHEIRO, Duda e GULLO, José. Trabalho de conclusão de curso – TCC – guia prático para elaboração de projetos. São Paulo: Atlas, 2009.

RAMOS, Albenides. Metodologia da pesquisa científica – Como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Além de livros e periódicos específicos acerca do tema a ser desenvolvido

73. MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA AMAZÔNIA

EMENTA
A Amazônia brasileira: apropriação e integração. Retrospectiva histórico-geográfica: passado, presente e futuro. O Estado e as políticas para a região Amazônica. A ocupação planejada das últimas décadas. As grandes questões e as perspectivas para a região. Sociedade e ambiente amazônico. O estudo da formação socioespacial de bacias hidrográficas que comportam: as escalas geográficas; diagnóstico e indicadores ambientais; bacia hidrográfica: área escala e tempo. Permite análise de metodologias para diagnóstico sócio-ambiental, a compreensão dos diferentes usos e conflitos do território tais como as áreas militares e indígenas, as unidades de conservação restritivas ao uso da população e as estratégias de sobrevivência das populações ribeirinhas, as atividades extrativistas. O estudo da bacia funciona como um caso ilustrativo da complexidade da geografia das águas na Amazônia.
OBJETIVO
O estudo da Amazônia oferece a possibilidade de uma integração no uso dos conhecimentos geográficos adquiridos no transcorrer da graduação, permitindo ao discente não só o aprofundamento no aprendizado, sobre relevantes aspectos da Região Amazônica, como também aplicar os seus conhecimentos de forma integrada e complementar. Analisar suas características e sua dinâmica próprias na organização espacial regional, relacionando-as sempre com as influências (econômicas, políticas e ambientais) nacionais e mundiais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
FISHER, R.; Ury W.; Patton. B. Como chegar ao sim: a negociação de acordos sem concessões. RJ: Imago, 2005. AB'SÁBER, A N. A Amazônia: do discurso à praxis. São Paulo: EDUSP, 1997. AB'SÁBER, A N. Os domínios de natureza no Brasil. São Paulo: Ateliê, 2003. BATALHA, B.H.L. e HANAN, S.A. Amazônia, contradições no paraíso ecológico. 5.ed. São Paulo: Cultura, 1999. BRANCO, S. M. O desafio amazônico. 10.ed. São Paulo: Moderna, 1989.

BRASIL. Amazônia, uma proposta interdisciplinar de educação ambiental. Brasília: IBAMA, 1994.

BRASIL. Projeto RADAMBRASIL. Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia. Vs. 3, 4,

5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 22. 1973-1981.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BECKER, B. K. Amazônia. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro:

Zahar, 1982.

BECKER, B. K. Tendências de transformação do território no Brasil. Território, Rio de

Janeiro, nº 2, V. 1, jan-jun. p.5-17, 1997.

BECKER, B.K.; MACHADO, M. e MIRANDA, L.O. Fronteira Amazônica. Brasília / Rio

de Janeiro: Ed. UNB / Ed. UFRJ, 1990.

COELHO, P.M.P. Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado. Brasília: Fundação

Alexandre de Gusmão, 1992. (Coleção Relações Internacionais, v.14).

DANIEL, J. Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas. Rio de Janeiro: Contraponto,

2004. 2v.

DAOU, A. M. A belle époque amazônica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. (Coleção

Descobrimos o Brasil).

DEAN, W. A luta pela borracha no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

DEL PRIORE, M. e GOMES, F. Os Senhores do Rios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DIEGUES, A.C. (org.). Desmatamento e modos de vida na Amazônia. São Paulo: NUPAUB, 1999.

FIBGE. Geografia do Brasi: Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. V. 1.

FIBGE. Geografia do Brasi: Região Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. V. 3.

GONÇALVES, C.W.P. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.

HOMMA, A.K.O. Extrativismo vegetal: Amazônia, limites e oportunidades. Brasília:

EMBRAPA, 1993.

LEONARDI, V. Fronteiras amazônicas do Brasil. Brasília / São Paulo: Paralelo 15 / Marco

Zero, 2000.

MARTINS, E. Amazônia, a última fronteira. Rio de Janeiro: Codecri, 1981

MATOS, C.M. Uma geopolítica Pan-Amazônica. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980

MEGGERS, B. Amazônia: a ilusão de paraíso. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp,

1987. (Coleção Reconquista do Brasil v.113).

NIMER, E. Climatologia do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

OLIVEIRA, A. U. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. 3.ed. Campinas:

Papirus, 1990.

PASSOS, M.M. Amazônia: teledetecção e colonização. São Paulo: Edunesp, 1998.

SALATTI, E. Et alli. Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: T. A.

Queiroz / Edusp, 1981.

SBPC. Amazônia. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, Volume especial, dez, 1991.

SIOLI, H. Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais.

Petrópolis: Vozes, 1991.

SOUZA, M. Breve história da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SUDAM/FADE. Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia: 1960/1965.

Belém: SUDAM, 1997.

SUDAM/OEA. Recursos naturais e turismo na Amazônia. Belém: SUDAM, 1997.

SUDAM/PNUD. Macrocenários da Amazônia - 2010. Belém: SUDAM, 1997.

TOCANTINS, L. Amazônia: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Bibliex / Civilização Brasileira, 1982. (Coleção General Benício, v.201).

VERÍSSIMO, J. Estudo amazônicos. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (Coleção

Amazônica).

WEINSTEIN, B. A borracha na Amazônia. São Paulo: Edusp / Hucitec, 1993.

74. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

EMENTA
Aprofundamento e sistematizações dos temas de pesquisa escolhidos pelos alunos. Organização e análise dos dados produzidos pela pesquisa. Orientações individuais e coletivas. Escrita do relatório de pesquisa TCC.
OBJETIVO
Aprofundamento e sistematizações dos temas de pesquisa escolhidos pelos alunos. Organização e análise dos dados produzidos pela pesquisa. Orientações individuais e coletivas. Escrita do relatório de pesquisa TCC.
REFERÊNCIAS BÁSICAS

FAZENDA, Ivani (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GIL, A. C. Como Elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2008

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação (atualizada em abril/2011)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: informação e documentação: Projeto de Pesquisa – apresentação. 2006.

BICUDO, M. A. V.; SPÓSITO, V. H. C. Pesquisa Qualitativa em Educação. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

DEMO, P. Educar pela pesquisa. 8 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OPTATIVAS

75. DIREITO A INCLUSÃO E DE GÊNERO

EMENTA
A construção social do estigma que cerca o indivíduo - preconceitos, estereótipos e segregação. Fatores culturais, econômicos, políticos, ideológicos, determinantes na Educação Inclusiva. Análise das políticas de enfrentamento da diferença e da desigualdade frente ao contexto histórico – social - diretrizes, ações e estratégias. Aspectos históricos do racismo. O contexto social e a discriminação racial. A identidade cultural nacional. Identidade e etnia. Valores culturais, linguagem e afirmação sócio-existencial. O direito à diferença. A escola e a reprodução das diferenças. Insterseccionalidades e diferenças: classe, gênero, raça, etc.
OBJETIVO
analisar os fatores culturais, econômicos, políticos, ideológicos determinantes da diferença e da desigualdade.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
Auad, Daniela. Feminismo que historia é essa?RJ, DP&A editora, 2003.

BEAUVOIR, S. de. O segundo sexo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, vol.2,1960.

BRANDÃO J. de S. Helena: o eterno feminino. Petrópolis: Vozes, 1991.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Brandão, Maria Luiza Ribeiro (org) Mulher e relações de gênero. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: o Feminismo e a Questão do Pós-modernismo. In Bessa, Karla (Org.) Cadernos Pagu, Trajetórias do Gênero, Masculinidades... N. 11, Campinas/SP: Edição Faep/UNICAMP, 1998.

BUTLER, Judith. Variações sobre Sexo e Gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In BENHABIB, S. e CORNEEL, D (Org.). Feminismo como Crítica da Modernidade. Releitura dos Pensamentos Contemporâneos do Ponto de Vista da Mulher. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1987.

Moraes, Márcia Ser Humana. Quando a mulher está em discussão RJ, DP&A 2002

76. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EMENTA

Histórico da proteção da infanto-adolescência. A criança e o adolescente na Constituição Federal. Direitos fundamentais da população infanto-juvenil. A proteção dos menores de 18 anos na normativa internacional. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e a doutrina jurídica da proteção integral. Direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Poder familiar: suspensão e destituição. Colocação familiar: princípios e procedimentos. Guarda e tutela: hipóteses e procedimentos. Adoção. Adoção internacional. Direito fundamental à educação e cultura. Lei de Diretrizes e Bases e legislação complementar. Garantias processuais: devido processo legal para o adolescente. Prática de ato infracional. Medidas sócio-educativas. Medidas de proteção e medidas aplicáveis aos pais ou responsável. Educação profissional e profissionalização. Conselhos de direitos e Fundo da Criança e do Adolescente. Conselhos Tutelares: competência, âmbito de atuação na comunidade. Justiça da Infância e Juventude: equipe interprofissional.

Ministério Público. Defensoria Pública e o Advogado; Prevenção geral e prevenção especial; Crimes contra criança e adolescente.

OBJETIVO

- examinar a questão dos direitos da criança e do adolescente sob uma perspectiva histórica;
- definir os princípios basilares de uma nova concepção do direito da criança e do adolescente;
- discutir os principais temas relacionados com os Direitos Infanto-juvenis: acesso à justiça,
- Conhecer a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e outros documentos internacionais; etc.
- interligar os conhecimentos teóricos à realidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

SILVA PEREIRA, Tânia da. Direito da Criança e do Adolescente: uma proposta interdisciplinar.; Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

ISHIDA, Válder Kenji. Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência.; São Paulo: Atlas, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais; Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

PEREIRA, Tânia da Silva; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. A Ética da convivência familiar e sua efetividade no cotidiano dos tribunais.; Rio de Janeiro: Forense, 2006.

AGUIRRE, João Ricardo Brandão; FERREIRA, Karem Cristiane. Estatuto da criança e do adolescente.; Niterói: Impetus, 2012.

GARCEZ, Sergio Matheus. O novo direito da criança e do adolescente.; Campinas: Alínea, 2008.

MACIEL, Kátia. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos.; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.; Brasília: IPEA Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2004.

77. DIREITO DOS GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

EMENTA

Estudos críticos e culturais do Direito. O discurso sobre alteridade na Modernidade. A ideia de dignidade humana em sociedades plurais. O conceito de humilhação social e o desrespeito à dignidade da pessoa humana 5. O conceito de grupos sociais vulneráveis e o de minorias visíveis. A luta por reconhecimento no contexto da discussão sobre justiça. Multiculturalismo/interculturalidade como forma política de tratamento da diversidade cultural. Reconhecimento de status social e as esferas da justiça dirigida aos grupos oprimidos. Políticas igualitárias, políticas identitárias e políticas da diferença. Novos tópicos para os direitos humanos: estudos culturais da lei, estudos pós-coloniais do direito, justiça racial, critical race theory, justiça de gênero.

OBJETIVO

Nesta disciplina serão estudados autores que ofereceram suporte teórico para a discussão dos princípios associados à construção de políticas públicas vinculadas ao reconhecimento de direitos específicos para grupos vulneráveis nos estados democráticos contemporâneos. Também discutiremos a construção de teorias que explicam a vulnerabilidade dos grupos sociais definidos em razão de raça, cor, etnia, sexo, gênero e o modo como as teorias da justiça contemporâneas incorporaram esses aspectos em suas formulações. Analisaremos as novas propostas teóricas para o estudo do direito e dos direitos humanos nas quais essas discussões são abordadas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.
FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (orgs.) Teoria Crítica no século XXI. São Paulo: Anablume, 2007, p. 113-140.
FRASER, Nancy. Abnormal Justice. In: LENZ, Günter H. & DALLMANN, Antje (orgs). Justice, Governance, Cosmopolitanism, and the Politics of Difference. Reconfigurations in a Transnational World. Berlin: Humboldt-Universität, 2007. p- 117- 147
GILROY, Paul. O atlântico negro. São Paulo: Editora 34, 2001.
HALL, Stuart. Diáspora. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 9ª ed., Rio de Janeiro: DP&a, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

PEREIRA, Tânia da Silva; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. A Ética da convivência familiar e sua efetividade no cotidiano dos tribunais.; Rio de Janeiro: Forense, 2006.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. São Paulo: Editora 34, 2003

JULLIEN, François. O diálogo entre as culturas. Do universal ao multiculturalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER (Comp.) La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, pp. 201-246.

SANTOS, Boaventura Sousa. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura Sousa. Entrevista a GANDIN, L.M & HYPOLITO, A.M. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. Currículo sem fronteiras, v.2, n.2, pp. 5- 23, Jul/Dez 2003.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. A invenção do ser negro. São Paulo-Rio de Janeiro: EDUC-PALLAS-FAPESP, 2002.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Mulher negra. Home branco. Rio de Janeiro: Pallas, 2004

SANTOS, Gislene Aparecida dos Santos. Reconhecimento, utopia, distopia. Os sentidos da política de cotas raciais. São Paulo. Annablume/FAPESP, 2012.